



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

FACULDADE DE PLANALTINA

GUSTAVO DÔCO ROBERTI GIL

**ANÁLISE DOS IMPACTOS DAS CAPACITAÇÕES DE PROCESSOS
ADMINISTRATIVOS EM COOPERATIVAS DE CATADORES DE MATERIAIS
RECICLÁVEIS EM BRASÍLIA**

PLANALTINA – DF

2013

GUSTAVO DÔCO ROBERTI GIL

**ANÁLISE DOS IMPACTOS DAS CAPACITAÇÕES DE PROCESSOS
ADMINISTRATIVOS EM COOPERATIVAS DE CATADORES DE MATERIAIS
RECICLÁVEIS EM BRASÍLIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao curso de Gestão Ambiental, como requisito
parcial à obtenção de título de bacharel em
Gestão Ambiental

Orientador: Pedro Henrique Isaac Silva

Coorientador: Philippe Pomier Layrargues

Planaltina – DF

2013

Gil, Gustavo Dôco Roberti

Análise dos impactos das capacitações de processos administrativos em cooperativas de catadores de materiais recicláveis em Brasília. / Gustavo Dôco Roberti Gil. Planaltina - DF, 2013. 97f.

Monografia - Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília.

Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental.

Orientação: Pedro Henrique Issac Silva

Coorientação: Philippe Pomier Layrargues

1. Economia Solidária 2. Catadores de materiais recicláveis 3. Processos administrativos 4. Autogestão 5. Cooperativismo. I. Gil, Gustavo Dôco Roberti II. Título

GUSTAVO DÔCO ROBERTI GIL

**ANÁLISE DOS IMPACTOS DAS CAPACITAÇÕES DE PROCESSOS
ADMINISTRATIVOS EM COOPERATIVAS DE CATADORES DE MATERIAIS
RECICLÁVEIS EM BRASÍLIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Gestão Ambiental da Faculdade UnB Planaltina, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Gestão Ambiental.

Banca Examinadora:

Planaltina-DF, 26 de julho de 2013.

Profº Ms. Pedro Henrique Isaac Silva – IFB
(Orientador)

Profº Dr. Philippe Pomier Layrargues – UnB/FUP
(Coorientador)

Profº Dra. Sônia Marise Salles Carvalho – UnB/FE
(Examinadora externa)

“Aos **meus olhos**, pelas belas imagens que eles têm me brindado”.

“Aos **meus ouvidos**, pelos sons, músicas, frases e incontáveis diálogos que me oportunizaram perceber”.

“À **minha pele**, incluindo os sensores táteis, térmicos e pressóricos, pelas gostosas sensações que me pôs em contato”.

“Às **minhas papilas gustativas** pelos distintos e fabulosos sabores que tem me estimulado”.

“Às **narinas e os sensores olfativos** pelos perfumes e cheiros sem os quais a vida não teria nenhuma graça”.

“Ao **meu cérebro** por ter tão habilmente integrado tantos estímulos distintos e feito da experiência sensorial um verdadeiro show da vida”.

“À **minha mente**, que não é meu corpo. Através do meu corpo faz com que todos os estímulos da realidade sirvam como recursos para que eu aprenda sempre e cada vez mais. Faz do viver um constante aprender e do aprender, um caminho rumo a um propósito”.

“Ao **Universo**, que criou minha mente e deu-lhe um propósito com o qual tudo vale a pena e a felicidade é o caminhar e não o chegar”.

(Dr. Nelson Spritzer, **O novo cérebro**, 2000).

*A minha família, por ser sempre o alicerce mais importante de toda minha jornada nesse Universo, especialmente ao **vovô** e a **vovó**, dedico este trabalho.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe Malu, por sua incansável luta e perseverança para me brindar com essa oportunidade acadêmica, com muito amor fez com que parecesse tudo muito fácil.

Ao Valério, meu querido pai, que me fez criar perspectivas na vida pelo grande exemplo que representa fazendo com que tudo isso fosse possível.

Aos meus irmãos Camilla e Guilherme, pela grande demonstração de companheirismo por toda a vida e pelos auxílios que sempre estão dispostos a prestar por mim e que vem cada vez mais se tornando mais amigos.

A linda Júlia, que vem me proporcionando momentos inesquecíveis, uma companheira de inestimável valor e refúgio para os momentos de paz.

A minha família, principalmente meu avós pelos quais tenho um carinho imensurável. Obrigado por tudo.

Ao meu orientador Pedro Henrique, que além de orientador, é um amigo, por ter aceitado essa empreitada em me auxiliar neste trabalho e por todo o trabalho já prestado aos catadores.

Ao Philippe Pomier, meu coorientador, que em uma conversa informal durante um percurso de caiaque aceitou de forma imediata a orientação, além da ajuda durante o trabalho.

Aos meus amigos Luiz Henrique, Eduardo e Thiago, pela prontificação em me auxiliar em dúvidas sobre o trabalho.

Aos meus grandes amigos que tive o imenso prazer em constituir desde o Santa Dorotéia, nos Futebóis, nos Basquetes, na Universidade, no Instituto Arthur Andrade, no CDT, na Espanha, entre outros. Foi um imenso prazer dividir alegrias com vocês.

A equipe do Instituto Arthur Andrade e do CDT/UnB por terem me apresentado o universo dos catadores, especialmente Danielle Braga e Aline Nascimento por terem me dado todo o apoio e me conduzirem no trabalho com as cooperativas.

A Centcoop-DF e as cooperativas que participaram dessa pesquisa, em especial a Shislene e Camila da Centcoop, Geovânia da Acobraz, José Edni da Recicla Brasília, Fatinha da Coorace e Aline da Reciclo.

Expresso ainda minha gratidão aos catadores, essa pesquisa é um esforço para a contribuição de condições mais dignas, que os abarque como verdadeiros cidadãos e trabalhadores.

Meu “muito obrigado” a todos vocês!

RESUMO

A economia solidária e o cooperativismo vêm se afirmando como uma alternativa importante principalmente para grupos de trabalhadores urbanos atingidos pelo desemprego. No setor da reciclagem de resíduos sólidos, os empreendimentos econômicos solidários vão assumindo cada vez mais representatividade. Baseado nesse contexto, o presente estudo visa analisar a introdução de processos administrativos dentro de quatro cooperativas de catadores de materiais recicláveis do DF: Acobraz; Coorace; Recicla Brasília e; Reciclo. A introdução dos processos foi realizada por meio de capacitações ministradas a esses empreendimentos: curso de associativismo e cooperativismo; secretariado; tesouraria e; comunicação e transparência. A partir da realização das capacitações, ocorreu o acompanhamento em cada empreendimento para que houvesse um melhor aproveitamento do curso e para que o aprendizado se exercesse na prática. A partir do acompanhamento foi feita uma análise que se deu por meio da comparação entre o diagnóstico inicial, realizado anterior aos cursos, e o diagnóstico final, realizado após os cursos e a introdução dos processos. Os diagnósticos foram compostos por temas que tangem pessoas e organização; economia solidária e cooperativismo e; administrativo e financeiro. Para a o arranjo do diagnóstico, foram realizadas entrevistas nos empreendimentos de economia solidária. Os resultados dos diagnósticos foram comparados e houve a constatação que o maior avanço nas cooperativas se deu no âmbito Administrativo e Financeiro, com uma variação percentual de 34,16, seguido de Pessoas e Organização com 21,8% e, Economia Solidária e Cooperativismo que obteve uma variação positiva de 18,48%. Concluiu-se que os processos de capacitação devem ser contínuos objetivando a emancipação, autonomia e autogestão às cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Em muitos casos, os cooperados não possuem formação e conhecimento acerca da gestão de uma organização. A falta de formação acarreta diversos conflitos e muitas dissoluções dentro dos empreendimentos. Visto os resultados positivos e a importância das capacitações voltadas para as melhorias das cooperativas de catadores é imperiosa a priorização de ações desse tipo pelas esferas do governo.

Palavras-chave: Economia solidária, Catadores de materiais recicláveis, Processos administrativos, Autogestão, Cooperativismo.

ABSTRACT

The solidarity-based economy and the cooperativism are taking place as important alternatives mostly to the urban workers who suffer from the unemployment. In the area of solid waste recycling, the solidarity-based economy ventures are increasing their importance time after time. Based on this context, this article intends to analyze the insertion of administrative processes in four different recyclable material collectors' cooperatives of Distrito Federal area: Acobraz; Coorace; Recicla Brasília e; Reciclo. The insertion of these processes was performed by providing training to the companies with courses such as: associativism and cooperativism; secretariat; treasury and; communication and transparency. Since the training system started, there was a monitoring in each of the companies in order to achieve better results and to learn by practicing. From the monitoring, an analysis was made by comparing the diagnostic of the starting line and the results reached after the courses and the implantation of the administrative processes. The diagnostic were made of subjects that comprise people and organization; solidarity-based economy and cooperativism and; administrative and financial. For arranging the diagnostic, interviews were conducted with the solidarity-based economy ventures. Its results were compared and it could be noticed that the highest growth was found in the Administrative and Financial area, with a percentage change of 34,16, followed by People and Organization with 21,8% and solidarity-based economy and cooperativism with 18,48% of positive change. Therefore, it can be concluded that the training processes should be constantly developed, aiming the emancipation, autonomy and self-management of the recyclable material collectors. In many cases, the cooperatives' employees lack of background and knowledge about managing an organization. Thereat, many problems and conflicts are brought out. After seeing the positive results and the importance of training in order to improve the cooperatives, it is essential to place a priority on this type of activity by the government.

Keywords: Solidarity-based economy, Recyclable material collectors, Administrative processes, Self-management, Cooperativism.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ADS - Agência de Desenvolvimento Solidário

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BOPE - Batalhão de Operações Especiais

CBO - Classificação Brasileira de Ocupação

CDT/UnB - Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília

CEMPRE - Compromisso Empresarial para a Reciclagem

Centcoop-DF - Central de Cooperativas de Materiais Recicláveis do Distrito Federal e Entorno

CIISC - Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis

Coopfer - Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DF - Distrito Federal

DIEESE - Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos, Sociais e Econômicos

FBB - Fundação Banco do Brasil

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde

GDF - Governo do Distrito Federal

IAA - Instituto Sócio-Cultural, Ambiental e Tecnológico Arthur Andrade

IRES – I - Projeto Incubadora de Redes de Economia Solidária I

IRES – II - Projeto Incubadora de Redes de Economia Solidária II

ISSOL - Incubadora Social e Solidária da Universidade de Brasília

ITCP - Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

MNCR - Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis

Novacap - Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

ONGs - Organizações não governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária

SIES - Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

SLU - Serviço de Limpeza Urbana

TCR - Projeto Território da Cidadania e Reciclagem

UCB - Universidade Católica de Brasília

UnB - Universidade de Brasília

LISTA DE FIGURAS

Quadro 1 – Relação das cooperativas/associações filiadas a Centcoop-DF.....	37
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Média do diagnóstico RADAR inicial dos quatro empreendimentos.....	49
Gráfico 2 - Diagnóstico RADAR inicial na Acobraz.	51
Gráfico 3 - Diagnóstico RADAR inicial na Coorace.	55
Gráfico 4 - Diagnóstico RADAR inicial na Recicla Brasília.	59
Gráfico 5 - Diagnóstico RADAR inicial na Reciclo.	65
Gráfico 6 – Média do diagnóstico RADAR final dos quatro empreendimentos.....	68
Gráfico 7 – Diagnóstico RADAR inicial e final na Acobraz.	69
Gráfico 8 – Diagnóstico RADAR inicial e final na Coorace.	71
Gráfico 9 – Diagnóstico RADAR inicial e final na Recicla Brasília.	72
Gráfico 10 – Diagnóstico RADAR inicial e final na Reciclo.	73
Gráfico 11 – Análise comparativa por curso.	74

SUMÁRIO

RESUMO.....	ix
ABSTRACT.....	x
LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES.....	xi
LISTA DE FIGURAS.....	xiii
LISTA DE GRÁFICOS.....	xiii
1. INTRODUÇÃO AO TEMA.....	17
2. HIPÓTESES.....	21
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	22
3.1. Economia Solidária e Cooperativismo	22
3.1.1. Aspectos da Economia Solidária no Distrito Federal.....	27
3.2. Lixo e exclusão social.....	28
3.2.1. A questão do lixo no Distrito Federal.....	30
4. CONTEXTUALIZAÇÃO.....	32
4.1. Organização dos catadores no âmbito nacional	32
4.2. Organização dos catadores no âmbito do Distrito Federal	36
4.2.1. Entidades de Assessoria e Apoio.....	38
4.2.1.1. Fundação Banco do Brasil	38
4.2.1.2. Ecooideia.....	38
4.2.1.3. Instituto Sócio-Cultural, Ambiental e Tecnológico Arthur Andrade	38
4.2.1.4. Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília.....	39
4.2.2. Projeto Incubadora de Redes de Economia Solidária do Distrito Federal	39
4.2.3. Projeto Incubadora de Redes de Economia Solidária do Distrito Federal II.....	40

5.	METODOLOGIA.....	41
5.1.	Diagnóstico Inicial nos empreendimentos	42
5.2.	Capacitações administrativas aos empreendimentos	44
5.2.1.	Curso de Associativismo e Cooperativismo	44
5.2.2.	Curso de Comunicação e Transparência	45
5.2.3.	Curso de Secretariado	46
5.2.4.	Curso de Tesouraria.....	46
5.3.	Inserção dos Processos Administrativos.....	47
5.4.	Diagnóstico Final nos empreendimentos	47
5.5.	Análise de dados	48
6.	COOPERATIVAS.....	48
6.1.	Diagnóstico inicial	48
6.2.	ACOBRAZ – Associação dos Catadores e Recicladores de Resíduos Sólidos de Brazlândia	49
6.2.1.	Breve histórico.....	49
6.2.2.	RADAR Inicial na Acobraz.....	51
6.2.3.	Pessoas e Organização.....	51
6.2.4.	Aspectos da Economia Solidária	52
6.2.5.	Planejamento e Controle Financeiro	53
6.3.	COORACE – Cooperativa de Reciclagem Ambiental da Cidade Estrutural	54
6.3.1.	Breve histórico.....	54
6.3.2.	RADAR Inicial na Coorace	55
6.3.3.	Pessoas e Organização.....	56
6.3.4.	Aspectos da Economia Solidária	57
6.3.5.	Planejamento e Controle Financeiro	57

6.4. RECICLA BRASÍLIA – Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis do DF.....	58
6.4.1. Breve histórico.....	58
6.4.2. RADAR Inicial na Recicla Brasília.....	59
6.4.3. Pessoas e Organização.....	59
6.4.4. Aspectos da Economia Solidária	60
6.4.5. Planejamento e Controle Financeiro	61
6.5. RECICLO – Cooperativa de Coleta Seletiva de Materiais Recicláveis e Resíduos Sólidos do DF	62
6.5.1. Breve histórico.....	62
6.5.2. RADAR Inicial na Reciclo	64
6.5.3. Pessoas e Organização.....	65
6.5.4. Aspectos da Economia Solidária	66
6.5.5. Planejamento e Controle Financeiro	67
7. ANÁLISE DO DIAGNÓSTICO FINAL.....	67
7.1. Acobraz	68
7.2. Coorace	70
7.3. Recicla Brasília	71
7.4. Reciclo	72
8. ANÁLISE COMPARATIVA DAS CAPACITAÇÕES.....	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	78
ANEXOS.....	81

1. INTRODUÇÃO AO TEMA

A Gestão de Resíduos Sólidos representa, atualmente, uma enorme problemática para os grandes centros urbanos. Segundo Guedes (2007), a tecnologia, sem dúvida, sempre trouxe grandes benefícios à sociedade, proporcionando o seu desenvolvimento. Entretanto, não é possível ignorar os efeitos colaterais que ela também provoca, como os problemas ecológicos (esgotamento progressivo da base dos recursos naturais) e também ambientais (redução da capacidade de recuperação dos ecossistemas). Tais problemas têm sido agravados pela má destinação dos resíduos.

Na configuração moderna, ocorre um desenfreado consumismo em que impera a tecnologia. A grande industrialização proveniente de um capitalismo industrial agravou o impacto ao meio ambiente nos grandes centros e trouxe resultados desagradáveis que devem ser minimizados. Nesse sentido, percebe-se uma intensa produção de resíduos, que, de acordo com Guedes (2007), se não houver sua correta destinação, os ecossistemas serão comprometidos em sua saúde.

Nesse contexto, a reciclagem aparece como o meio para apaziguar o aumento crescente de resíduos despejados sem nenhum tratamento. O descaso com os resíduos ocorre pelo fato de o Poder Público se fazer omissor na Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. É nesse ponto que se insere a necessária participação dos catadores de lixo no processo de reciclagem.

A ocupação de catadores de lixo existe, informalmente, há pelo menos cinquenta anos no Brasil (SOUSA, 2007). Para Gonçalves (2001), os Catadores de Materiais Recicláveis – nome dado formalmente à profissão desde 2001, a partir da inclusão no Código Brasileiro de Ocupações, CBO – “são pessoas que vivem e trabalham, individual e coletivamente, na atividade de coleta, triagem e comercialização de materiais recicláveis” (BRASIL, 2002). Antigamente esses trabalhadores eram conhecidos como “garrafeiros”, “trapeiros”, “papeleiros”, e expressões pejorativas como “burro sem rabo” (GONÇALVES, 2001). Durante muitos anos, esses catadores realizaram a coleta seletiva do lixo de forma solitária e

silenciosa, mas hoje já se organizam em empresas sociais na linha do associativismo e cooperativismo, fazendo despontar projetos de êxito em vários locais do Brasil.

Para sobreviverem do lixo, os catadores podem chegar a uma renda de até três salários mínimos mensal, isso a partir de muito esforço físico, enfrentando condições climáticas adversas e inúmeros riscos à própria segurança e saúde em decorrência da insalubridade do trabalho. Em geral, os dados parecem apontar que a maior parte dos catadores sobrevive com pouco mais de um salário mínimo. (SOUSA, 2007).

Um grande problema enfrentado pelos catadores remete à exploração dos recicladores pelos governos municipais e estaduais, bem como pelos atravessadores, donos de depósitos de ferro velho, que compram seus materiais coletados por preços irrisórios e revendem por um preço até três vezes superior. O objetivo de um modo de trabalho mais justo, atrelado a um possível desenvolvimento da categoria, fez com que os catadores se unissem. O cooperativismo, como o próprio nome já diz, tem como sua maior finalidade, libertar o homem do individualismo por meio da cooperação entre seus associados, satisfazendo assim suas necessidades.

Sabendo disso, o cooperativismo se mostra como uma alternativa de inserção econômica e integração social. A solidariedade, a autogestão, a democracia e a cooperação se transformam não só em meios de se atingir a sustentabilidade da empresa, mas em fins que vão reger a existência de um Empreendimento de Economia Solidária. Segundo Silva (2007), um Empreendimento de Economia Solidária é formado por trabalhadores que se mobilizam para gerir esse empreendimento, onde os ideais de solidariedade, democracia e autogestão estarão presentes e juntamente com outros valores, formarão a realidade desse empreendimento solidário.

O cooperativismo caracteriza-se pelo combate ao sistema vigente, pela autonomia de seus cooperados e emancipação dos trabalhadores, buscando uma nova sociabilidade baseada no trabalho coletivo e nas novas relações sociais oriundas de um processo produtivo totalmente coletivizado.

Atualmente o homem costuma ser valorizado pela capacidade de consumo. O sujeito em busca da integração com o espaço social tem se deparado com um mundo onde, desamparado e desabrigado procura o acolhimento para o seu sentimento de despedaçamento. Na ausência ou na impossibilidade desse acolhimento, o homem costuma considerar intocáveis os ideais estabelecidos pela moral social. Diante da impotência gerada por uma ideologia não condizente com sua realidade, o sujeito pode tornar-se alienado, sendo incapaz de questionar os valores vigentes, e menos

ainda, de reagir, instituindo dessa forma uma sociabilidade marginal e muitas vezes perversa. (VELLOSO, 2005).

Magera (2003) mostra que mesmo os catadores organizados em cooperativas e associações, sofrem pela falta de reconhecimento do seu trabalho, como também pela falta de regulamentação quanto a sua profissionalização e participação de forma política e profissional nos projetos de coleta seletiva governamentais.

Além disso, pode-se observar que as cooperativas e associações sofrem constantemente com a falta de infraestrutura, que torna o trabalho precário e sofrido. Sendo assim, os cooperados e associados possuem uma insegurança no trabalho, de que em algum momento ocorra a dissolução da cooperativa. Dessa forma, o grupo vive entre o dilema de estar submetido a um trabalho precário e ou fazer parte do índice dos desempregados. Essa situação representa a falta de uma sustentabilidade dessas instituições referentes à autogestão.

Essas questões afirmam a necessidade de uma maior intervenção de outros agentes sociais no auxílio dessa categoria carente de maior conhecimento e autonomia. Diversas entidades públicas e privadas oferecem projetos de capacitações às associações e cooperativas, algo de extrema importância para o desenvolvimento e crescimento da categoria “catadores”. Porém, o que se observa em cooperativas e associações é que, mesmo com as capacitações, os catadores ainda estão marginalizados, as cooperativas ainda correm grande risco de dissolução e a infraestrutura, todavia, não é adequada para um trabalho saudável.

A fim de que as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis pratiquem a autogestão, que é preconizada por Polanyi (2000) e Singer (2002) como a base da Economia Solidária, é necessário que os próprios catadores, que são os atores que regem seus empreendimentos, sejam capacitados em processos administrativos básicos para que a cooperativa se torne autogestionária. Capacitações a catadores de materiais recicláveis precisam seguir princípios da educação popular, de maneira a estabelecer uma condição de diálogo e participação conjunta entre os alunos catadores, buscando evitar o processo de ensino-aprendizagem comum, onde predominam as relações hierárquicas entre educador e educando.

Inevitavelmente, para se ter domínio em atividades administrativas, uma formação se faz necessária. Tendo em vista a temática da pesquisa, o objetivo desse trabalho será analisar a introdução e capacitação de processos administrativos e de aspectos da economia solidária e

cooperativismo dentro de quatro empreendimentos da economia solidária, mais precisamente, dentro de quatro cooperativas de catadores de materiais recicláveis do Distrito Federal. Além deste, a pesquisa objetiva analisar e comparar os processos administrativos introduzidos a fim de conhecer qual foi o que obteve melhores resultados dentro do grupo.

Esta pesquisa ocorreu em paralelo com o Projeto Incubadora de Redes de Economia Solidária II (IRES-II), executado pelo Instituto Sócio-Cultural, Ambiental e Tecnológico Arthur Andrade (IAA) e financiado pela Fundação Banco do Brasil (FBB). O Projeto IRES-II, também conhecido como Cosme e Damião, teve como objetivo contribuir para a profissionalização da gestão das cooperativas de catadores de materiais recicláveis tendo em vista a consolidação dessas instituições como empreendimentos solidários, viáveis econômicos e socialmente.

Com esse intuito, o Projeto IRES-II realizou oito capacitações para 10 cooperativas de catadores de materiais recicláveis nos mais diversos temas relacionados à melhoria nos empreendimentos.

Essas capacitações se deram através de treinamentos realizados com a intenção de as cooperativas caminharem em direção da autogestão, para que, em seguida, não necessitem do assessoramento de instituições públicas e privadas. Essas capacitações foram realizadas com cooperados escolhidos estrategicamente a fim de disseminar todo o conhecimento em prol do objetivo conjunto de todos os associados. O presente estudo, em parceria ao IRES-II, analisou as capacitações e toda sua influência *in loco*.

Tendo em vista a temática proposta, algumas questões nortearam essa pesquisa:

- Pelo fato de o catador representar uma classe social marcada historicamente pela luta para sua sobrevivência, a união de alguns desses atores sociais para a constituição de um grupo, denominada cooperativa, não deve ser assistida e assessorada por outras instituições?

Na criação de uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis, em alguns casos, a criação é realizada de maneira individual e sem apoio de instituições públicas e privadas.

- Que tipo de capacitação oferecida às cooperativas as tornarão autônomas de assessoria externa?

Quando se propõe capacitações às cooperativas de catadores de materiais recicláveis tem que ser analisado se futuramente aquela capacitação estará sendo contemplada dentro do empreendimento ou se será necessária em um curto período de tempo outra capacitação acerca do mesmo conteúdo. Pelo fato de não haver continuidade no trabalho, na maioria das vezes, ela se perde.

- Processos administrativos proporcionam avanço autogestionário às cooperativas?

Processos administrativos são eficientes dentro de diversos empreendimentos de economia solidária que tem por objetivo o desenvolvimento profissional e pessoal de seus membros, além do objetivo comum de desenvolvimento empresarial de sua cooperativa ou associação. Todavia é necessária a introdução de processos administrativos para o empreendimento se manter organizado e eficiente. Quando o processo administrativo é implementado se dá um grande passo no avanço da autogestão do empreendimento pelo fato de que haverá continuidade no processo interno independente se houver substituição do responsável por determinada função. Logo, é de se esperar que aconteça um avanço organizacional.

- Que tipo de capacitação torna o catador de materiais recicláveis mais preparado para as atividades administrativas dentro de sua cooperativa ou associação?

Ocorrendo a capacitação, pressupõe-se que ocorrerá uma melhora dentro do empreendimento, e essa melhora está relacionada à capacidade administrativa do empreendimento.

2. HIPÓTESES

- Devido ao baixo grau de instrução dos futuros cooperados, se houvesse o apoio e assistência dessas instituições logo na fundação da cooperativa, haveria, então, um enorme ganho de eficiência e de produção já no seu despertar, norteados os passos subsequentes.

De que modo os catadores se veem nesse processo de assessoria, qual seria a natureza do apoio que essa categoria realmente precisaria obter? Capacitação para esse trabalho diretamente vinculado à reciclagem ou superação de sua condição de vida e busca de ascensão social?

- Capacitações para catadores são o suficiente para o desenvolvimento e crescimento da “categoria catador” e sua autonomia social.

O processo histórico dos catadores é composto de muitos desafios afirmativos e muitas dificuldades na sua formação. A capacitação para os catadores os deixarão mais preparados para a vida e conseqüentemente para o desenvolvimento pessoal e comunitário deste grupo? Até que ponto as capacitações poderão gerar autonomia de fato para o grupo?

- Mesmo com capacitações, os catadores ainda estão marginalizados, as cooperativas ainda correm grande risco de dissolução e a infraestrutura não é adequada para um trabalho saudável.

De que modo as capacitações farão os catadores mais presentes nas esferas populares e consigam uma emancipação social que melhorará seus processos?

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. Economia Solidária e Cooperativismo

De acordo com Polanyi (2000), a origem histórica da economia solidária está intimamente ligada ao desenvolvimento do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção. No Brasil, de acordo com Singer (2002), ela surge a partir de uma atitude crítica frente ao modelo de desenvolvimento que produz riquezas, gerando miséria, subordinando e explorando o trabalho e o meio ambiente. A economia solidária possui como características comuns: cooperação, autogestão e atuação econômica.

A economia solidária é um modo de organização das atividades econômicas cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. Não existe divisão de classes, pois todos os trabalhadores são detentores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. A solidariedade na economia, portanto, está fundada sobre a igualdade dos que se associam para produzir, comercializar, consumir e poupar. Além disso, todos os sócios têm o mesmo direito de voto em todas as decisões, inexistindo hierarquia e competição entre os mesmos. As cooperativas e associações de trabalho são o protótipo da economia solidária em nosso meio. (SOUZA, 2007).

Um grande marco na história da economia solidária e do cooperativismo se deu na Inglaterra em meados do século XVIII, no bairro de Rochdale, na cidade de Manchester em 1844 quando um grupo de 28 tecelões, em decorrência de uma longa greve, que causou sérias dificuldades financeiras, resolveu se reunir e criar uma cooperativa. Havia dificuldades para se comprar gêneros de primeira necessidade, assim os trabalhadores se uniram e começaram a fazer essas compras em conjunto, conseguindo, assim, melhor preço.

Após 12 meses, esses operários conseguiram economizar 28 libras, valor necessário para abrirem um pequeno armazém cooperativo para oferecer aos seus associados, artigos de primeira necessidade e vários outros serviços promovendo, assim, melhores condições de vida. Desse esforço dos tecelões de Rochdale foi criada a primeira cooperativa de consumo. Após Rochdale, as cooperativas de consumo foram se multiplicando pela Europa e desencadeando em todo o mundo a criação de outras cooperativas de vários ramos da atividade econômica, tendo sempre como base os mesmos princípios estabelecidos pelos pioneiros.

De acordo com Silva (2007), os trabalhadores de Rochdale não só seguiram os princípios de solidariedade e igualdade do cooperativismo, como também conseguiram sistematizar um corpo de ideias e regras gerais para o funcionamento de uma cooperativa.

Esses princípios foram depois imortalizados como princípios universais do cooperativismo: escolha da direção da cooperativa mediante eleições na assembleia geral; livre adesão e desligamento dos sócios; direito a um voto de cada associado, independente do capital investido; limitação no pagamento de juros ao capital; distribuição dos ganhos proporcionalmente às compras efetuadas pelos associados, depois de descontadas as despesas de administração; cotas reservadas à extensão das operações e à educação; as vendas só deveriam ser feitas em dinheiro, para que os associados só assumissem compromissos dentro de suas possibilidades orçamentárias; produção e venda apenas de produtos puros e de boa qualidade (a adulteração de produtos era muito comum na época); neutralidade política e religiosa. Esses princípios, atualizados e ressignificados, constituem até hoje a base dos princípios cooperativistas. (SILVA, 2007).

Podemos inferir que a Economia Solidária está intimamente relacionada a partir de demandas locais por trabalho, inserção e renda, pois seu grande objetivo se trata de progresso social. Um empreendimento atuante dentro da Economia Solidária tem uma característica em contraponto ao modelo de heterogestão das empresas tradicionais capitalistas, onde as ordens vem de cima para baixo, o modelo de gestão solidário é enfatizado pela autogestão, onde todos participam das decisões do empreendimento.

Ainda de acordo com Singer (2002), autogestão define-se pela superação das diferenças entre quem toma as decisões e quem as executa. Além disso, os próprios produtores dirigem o negócio e controlam os meios de produção. Coutinho et al (2005) não acredita que a autogestão seja plenamente expressa no capitalismo. O que temos são iniciativas solidárias inspiradas nos princípios autogestionários, majoritariamente, cooperativas e associações de trabalho.

Autogerir não é uma forma de democratizar a economia capitalista ou a forma de gestão dos empreendimentos capitalistas, mas mudar seus fundamentos. A autogestão pressupõe a participação de todos os envolvidos no empreendimento, para discutirem e realizarem todos os processos que envolvem a organização e produção do trabalho, nos conduzindo a outro patamar. Com a autogestão, os cooperados não são mais apenas empregados ou trabalhadores assalariados, mas gestores de seus próprios empreendimentos.

Para a sustentabilidade da autogestão no empreendimento, é necessário recuperar o saber acumulado dos trabalhadores, trazendo novos significados aos processos de trabalho que até então estavam nas mãos dos gerentes e, agora, está sob outra ótica, a do trabalho coletivo, cooperado e solidário.

Nesse sentido, o cooperativismo evoluiu e conquistou um espaço próprio, definido por uma nova forma de pensar o homem, o trabalho e o desenvolvimento social. Por sua forma igualitária e social, o cooperativismo é aceito por todos os governos e reconhecido como fórmula democrática para a solução de problemas socioeconômicos e de libertação do trabalhador dos vínculos patrimoniais. Talvez, se o cooperativismo realmente fosse levado a sério pelos órgãos que regem o Estado, o fato de não haver lucro nessa forma de economia, não seria ameaçador ao sistema capitalista heterogestionário atual?

De acordo com Singer (2002), o cooperativismo chegou ao Brasil trazido pela imigração europeia, e se constituiu no início do século XX. A cooperativa que mais se destacou na época foi em Santa Maria, fundada em 1913. De acordo com Silva (2007), a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea (Coopfer) chegou a contar com 18 mil cooperados. A cooperativa criou uma caixa de pecúlios, montou hospital próprio, desenvolveu escolas primárias, secundária e técnica, criou oficinas que abrangiam os mais variados ramos de produção e serviços e, constituiu, ainda, um parque industrial de apoio.

Em meados de 1990 surgem as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), ligadas às universidades e se dedicam à organização da população mais pobre em cooperativas de produção ou de trabalho. Essas universidades estão integradas pela Unitrabalho, fundação voltada ao movimento operário, que tem mais de 80 universidades filiadas em todo o país. De acordo com Singer (2003), o cooperativismo e a economia solidária ainda tem recebido apoio da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos, Sociais e Econômicos (DIEESE).

A economia solidária pode ser considerada como um empreendimento de caráter duplo – econômico e social – indicando serem as mesmas uma espécie de suporte político à luta pela proteção dos direitos do trabalhador num novo campo de conquistas – fortalecido pelo movimento sindical e movimentos sociais e populares. Segundo Guimarães (2000), os princípios cooperativistas seriam essencialmente: a ajuda mútua, a solidariedade e a democracia.

A economia solidária tem por características o poder de incorporar os trabalhadores que estão fora do mercado à legalidade, restituindo direitos, renda e, portanto, cidadania. O trabalho de formação de cooperativas populares, segundo Guimarães (2000), abarca não só trabalhadores excluídos históricos, mas também os “novos excluídos” do mundo do trabalho, ou seja, aqueles trabalhadores expulsos do mercado formal.

(...) trabalhadores que se encontravam na condição de não cidadãos, pelo fato de o direito à cidadania estar ligado diretamente ao trabalho. Quem não tem trabalho formal, não tem acesso aos sistemas de crédito – seja para a compra de uma casa ou de bens de consumo. (...) os herdeiros do sistema escravista brasileiro, os que moram em favelas, mocambos e cortiços, os que há mais de 100 anos reproduzem-se como força de trabalho inferior, e cujo mercado de consumo foi edificado à margem da sociedade. (GUIMARÃES, 2000).

Diante da emergência da economia solidária no Brasil, destaca-se em 2003, a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária, no âmbito do governo federal, além da formação de Fóruns Estaduais e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Em 2006 foi constituído o Conselho Nacional com essa pauta, que vêm trabalhando para o fortalecimento da Economia Solidária no Brasil.

Dentro da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), foi criado o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), que seria responsável pela identificação e registro de informações dos empreendimentos econômicos solidários e das entidades de apoio, assessoria e fomento à economia solidária no Brasil. Em um mapeamento realizado pelo SIES em 2005, serviu para caracterizar a situação atual da economia solidária:

- Foram mapeados 14.954 Empreendimentos Econômicos Solidários, dos quais 44% localizados na região Nordeste, 13% na região Norte, 14% no Sudeste, 17% no Sul e 12% na região Centro-Oeste.
- Quanto à forma de organização, a maior parte está organizada sob a forma de Associação (54%), seguida dos Grupos Informais (33%) e Organizações Cooperativas (11%), além desses, 2% correspondem a outras formas de organização.
- Considerando o início das atividades, constata-se que o fenômeno da Economia Solidária é bastante recente. A grande maioria dos Empreendimentos da Economia Solidária teve seu início na década de 1990 com a gradativa expansão do século atual.
- Os três motivos principais para a criação dos Empreendimentos Econômicos Solidários são: alternativa ao desemprego (45%), complemento da renda dos sócios (44%) e obtenção de maiores ganhos (41%).
- Estão associados nos Empreendimentos Econômicos Solidários mais de 1 milhão e 250 mil homens e mulheres, sendo que 64% são do sexo masculino e 36% do feminino.
- Metade (50%) dos Empreendimentos Econômicos Solidários atua exclusivamente na área rural, 33% atuam exclusivamente na área urbana e 17% têm atuação tanto na área rural como na área urbana.
- Quanto às atividades desenvolvidas por esses empreendimentos, 42% são relativos às atividades agropecuárias, extrativista e pesca, 18,3% na área de alimentos e bebidas,

13,9% em diversos produtos artesanais e o restante em diversas outras áreas de produção.

- Todos esses empreendimentos movimentam cerca de 500 milhões de reais mensalmente, através da comercialização de seus produtos e serviços.
- O ramo de Serviços e Coleta e Reciclagem de Materiais movimenta em média R\$ 4.430.797,12 através de seus produtos e serviços.
- Além disso, foram identificadas 1.120 entidades de apoio, assessoria e fomento à economia solidária, com destaque àquelas que atuam no campo da formação (39,5%) e de mobilização e articulação (34,7%).

Visto esse panorama a respeito da economia solidária no Brasil, podemos comparar com os aspectos da Economia Solidária no Distrito Federal a fim de contextualizar as cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

3.1.1. Aspectos da Economia Solidária no Distrito Federal

Na região do Distrito Federal e Entorno o desenvolvimento da Economia Solidária está intimamente ligado aos aspectos socioeconômicos na capital federal. De acordo com Silva (2007), o Distrito Federal possui características peculiares:

Brasília é uma cidade tipicamente dominada pelo setor terciário e que esse amplo domínio da área de serviços, do comércio e do funcionalismo público, em detrimento dos setores primários e secundários, o alto índice de desemprego – cerca de 20% - e o elevado nível de informalidade – atingindo quase 60% da População Economicamente Ativa – tornam o DF um lugar bastante peculiar em relação à possibilidade de geração e renda. (SILVA, 2007).

A economia solidária no Distrito Federal, assim como no restante do Brasil, tem como antecedente o cooperativismo. Com o grande crescimento demográfico registrado no DF a partir da década de 1960, ocorreu aumento na demanda por produtos alimentícios e, seguindo o panorama nacional, começou-se a desenvolver cooperativas e associações de produtores rurais, tanto no DF quanto nas regiões do entorno. Segundo Silva (2007), até a década de 1980, as cooperativas agrícolas eram maioria no Distrito Federal.

Com a mudança do mercado de trabalho, o crescimento do setor informal e o surgimento de novos atores que passaram a apoiar e fomentar novas maneiras de organização do trabalho, inicia-se no DF uma fase de desenvolvimento da economia solidária. Mesmo o cooperativismo tradicional ganha um novo impulso, desta vez em virtude da multiplicação do cooperativismo de trabalho. O número de

cooperativas passa de cerca de 20, na década de 1980, para mais de 100, na década seguinte. Além do crescimento do número de cooperativas, percebe-se nos últimos anos, o florescimento de outras formas de organização de trabalhadores em empreendimentos de economia solidária. De acordo com o mapeamento realizado em 2005 pela SENAES, foram identificados, no DF, 341 Empreendimentos de Economia Solidária, desse total, 39% foram iniciados na década de 1990 e 48% começaram suas atividades a partir de 2001. (SILVA, 2007).

Aspecto importante da característica dos Empreendimentos de Economia Solidária do DF é a constatação realizada pela SENAES de que 58% dos empreendimentos pesquisados são grupos informais, e quando perguntados sobre qual o principal motivo para a criação do empreendimento, 55% responderam que era uma alternativa ao desemprego. É notória a influência do desemprego na economia solidária do DF que em muitas vezes está relacionada à questão da exclusão do trabalhador. Sendo assim, é possível se concluir que um dos objetivos da economia solidária, de acordo com Nunes (2004) “é evitar que a degradação do tecido social aumente”. Nesse sentido, se faz alcançado o objetivo.

Ainda de acordo com o levantamento realizado pela SENAES em 2005, o ramo produtivo de maior destaque nos Empreendimentos de Economia Solidária do DF são os de artesanato e confecções, correspondente à 84% dos empreendimentos no DF. Isso explica, em parte, o maior número de mulheres envolvidas com a economia solidária local, 62% do total.

Uma característica importante da economia solidária no DF é a consolidação de uma grande rede de apoiadores dos quais se destacam o próprio governo local, ONGs, universidade e algumas empresas privadas. Esses apoiadores vêm cada vez mais se articulando através do fórum local de economia solidária. O apoio dessas entidades é muito importante, pois, através dela, os empreendimentos conseguem se fortalecer e mobilizar outros atores que possam estar apoiando e assessorando.

3.2. Lixo e exclusão social

A partir da Revolução Industrial o ser humano se deparou com uma nova forma de organização social e de relacionamento com o meio natural. O surgimento das indústrias próximo a áreas urbanas, atrelado a alguns acontecimentos na época como a privatização das terras rurais e a Lei dos Cercamentos de Terras na Inglaterra em meados do século XIX, motivaram o êxodo rural que somado ao crescimento do consumo, fizeram com que as indústrias buscassem com maior intensidade os recursos naturais. Esse êxodo proporcionou o

crescimento urbano sem planejamento e conseqüentemente uma demanda exagerada à procura de uma nova oportunidade e estilo de vida. No entanto, as indústrias não foram capazes de absorver todos esses camponeses criando-se o exército industrial de reserva.

A partir disso, inferimos o surgimento do grupo de pessoas incluídas na nova forma de vida, baseada na produção e consumo, e o grupo de pessoas que não obtiveram esse sucesso e possuem menos acesso ao mercado de trabalho e que perderam seu modo de vida, tendo que adaptar-se a nova realidade. Neste momento, os excluídos passam a buscar uma forma de garantir a sobrevivência e os insumos naturais passam a ser utilizados com maior ferocidade (TORRES, 2008).

De acordo com Bursztyn (2003), a história da pobreza não tem um registro temporal de início, mas podemos identificar a Revolução Industrial e o surgimento do capitalismo como um marco no aprofundamento das desigualdades. Segundo o autor, “viver no meio da rua não é um problema novo. Se não é tão antigo quanto à própria existência das ruas, da vida urbana, remonta pelo menos, ao renascimento das cidades, no início do capitalismo.” (BURSZTYN, 2003).

O termo “exclusão social” apareceu pela primeira vez na literatura política e social na França no início da década de 1970. A partir de então, o conceito passou a ser utilizado para casos sociais e não mais para fenômenos individuais (BULLA, 2004).

A exclusão social não é um conceito fechado e acabado, ele varia de acordo com a abordagem do autor e do pesquisador. A condição de excluído independe da vontade do indivíduo, está ligada à ruptura dos vínculos sociais. (NASCIMENTO, 2003).

O fenômeno da exclusão nos leva ao confronto de outro fenômeno social e que segundo Bursztyn (2003), não é novo – a existência nas ruas. Moradores de rua são parte integrantes das cidades pelo mundo afora, já estão relacionados a muitos centros urbanos e fazem parte dessa cena urbana. A grande maioria dos moradores de rua constitui a parcela da população que vivia em patamares inferiores do sistema econômico e que, hoje, são jogados para fora do sistema.

O lixo se tornou um dos grandes vilões do meio ambiente, onde as indústrias produzem de modo exacerbado e a população consome da mesma forma. O dilema que a sociedade moderna está passando, é a destinação correta desse lixo. Nos países considerados subdesenvolvidos, os lixões já estão com suas capacidades exauridas, já os desenvolvidos,

estão sempre buscando soluções para esse problema construindo aterros sanitários que também já começam a apresentar problemas devido a grande quantidade de materiais que são descartados.

Um sexto da população mundial, quase um bilhão de pessoas, vive em favelas, de acordo com a Organização das Nações Unidas (2007). Nesses locais, o resíduo sólido, que é grande causador de debates e preocupações, se constitui como condição para a sobrevivência dessa população. Sobrevivendo da sua comercialização e utilização, possibilidade única para a solução imediata de subsistência em situação de miséria. Os catadores de material reciclável estão presentes em 3.800 municípios brasileiros (MNCR, 2007).

De acordo com Sousa (2007), de forma similar, no meio urbano brasileiro, a luta pela sobrevivência para as populações de rua aponta para a relação direta entre o drama daqueles que vivem sem teto e se sustentam a partir da coleta seletiva do lixo. Em última análise, na reciclagem encontram-se o rejeito físico das sociedades de consumo (lixo) e os rejeitos humanos (excluídos e desempregados). Ainda de acordo com Sousa (2007), desponta, como se observa, um processo econômico que de maneira paradoxal, valoriza a reciclagem e, ao mesmo tempo, desvaloriza o trabalho daqueles que vivem na rua e sobrevivem do lixo. Os catadores, portanto, emergem como agentes de uma “economia marginal” da cidade (KEMP, 2003).

3.2.1. A questão do lixo no Distrito Federal

Desde sua inauguração, a cidade de Brasília não tinha um projeto de destinação do lixo. No início, o lixo era depositado em diversos pontos do DF, sem tratamento. A destinação de resíduos sólidos, associado ao crescimento da população, transformou-se paulatinamente num problema para o Governo. Resumidamente, o cronograma histórico da situação da destinação de resíduos do DF se deu da seguinte forma:

Em 1961 é criado o Parque Nacional de Brasília, a maior reserva do cerrado do DF, o parque foi criado para a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap) manter um viveiro destinado à arborização da nova capital, que posteriormente seria o futuro parque. Logo após a criação do parque, bem próximo a ele, foi criado o Lixão da Estrutural, que seria o local onde se depositaria o lixo gerado pela cidade.

Em 1963 é inaugurada a usina de tratamento e produção de adubo da Asa Sul; a usina que se encontra em funcionamento até os dias atuais trabalha com apenas 25/40% da sua capacidade.

Em 1978 é elaborado o primeiro plano diretor, estabelecendo normas de como o serviço de tratamento deveria funcionar; nesse mesmo ano é identificado que em todas as cidades satélites do DF existiam pequenos lixões que recebiam rejeitos sem qualquer forma de tratamento. Foi elaborado, então, o plano de destinação sanitária do lixo em Brasília, movido pelo entendimento de que o lixo oferecia riscos à saúde.

Em 1985 é criada a usina de tratamento de lixo do DF, no P Sul, na cidade satélite de Ceilândia; além de não ter licença ambiental, a usina passou por inúmeros problemas de gestão.

Em 1992, foi desenvolvido o programa de limpeza urbana com o objetivo de instituir a coleta seletiva de lixo, reduzir o volume de resíduos e desativar o lixão que, na época, sustentava 287 famílias de catadores.

Em 1996 o Ministério do Meio Ambiente forma convênio com o governo local para desativar o lixão, cuja sobrevida, naquela época, era avaliada em mais seis anos; o projeto nunca foi levado em diante. No mesmo ano é reativada a usina de incineração de lixo hospitalar, em Ceilândia, depois de dois anos parada; nesse período o rejeito hospitalar era despejado no Lixão da Estrutural. Na época o serviço de limpeza urbana era desenvolvido pela Enterpa, em contrato emergencial com o Governo do Distrito Federal.

Em 2000 a empresa Qualix vence a licitação para responder pela coleta de destinação do lixo no DF; o contrato tinha duração de cinco anos e custou R\$ 335 milhões; até hoje os resíduos sólidos coletados no DF são despejados no Lixão da Estrutural, embora já tenho projeto para sua desativação ocorrer até o ano de 2014 e projeto para a construção de um aterro na cidade satélite de Samambaia. O Lixão ocupa uma área de 200 hectares e é frequentado por cerca de 2.500 catadores.

Segundo Melo Filho (2002), a maioria dos lixões situados em Brasília é de origem clandestina, porém após sua implementação ilegal, tornou-se regular pela falta de um local correto para essa destinação.

Atualmente, a responsabilidade pela limpeza urbana no DF é do Serviço de Limpeza Urbana (SLU) que dispõe de administração, sistema de coleta, tratamento e disposição final de resíduos. Os serviços de coleta, o transporte e o tratamento de lixo no DF continua terceirizado.

A composição dos resíduos sólidos urbanos gerados no Distrito Federal varia conforme os tipos de materiais orgânicos, latinhas, plásticos, papéis, papelões, vidro, etc. A matéria orgânica constitui cerca de 51,1%, os papéis 10,1%, plásticos 9,9% e vidros 4,1%. De acordo com dados da Novacap (2009), a composição dos resíduos sólidos domiciliares é: 46% orgânico; 47% reciclável e 7% rejeito, que necessitam ser coletados, transportados e dispostos no Lixão da Estrutural.

No que se refere às questões sociais, é grande o número de pessoas vivendo hoje da comercialização dos resíduos sólidos urbanos. Calcula-se que aproximadamente 4.000 pessoas vivam hoje da reciclagem do lixo no DF, com rendimentos que variam de R\$ 300,00 a R\$ 1.000,00.

4. CONTEXTUALIZAÇÃO

4.1. Organização dos catadores no âmbito nacional

Embora a catação seja tal como atividade de vendedor ambulante, realizada informalmente, a partir da década de 1980, os catadores começaram a se organizar em cooperativas e associações, na busca pelo reconhecimento dessa atividade como profissão.

As primeiras experiências associativas de catadores no Brasil iniciaram-se em São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte. Em São Paulo, por meio do trabalho de apoio à população de rua, desenvolvido pela Organização de Auxílio Fraterno (OAF), foi criada a Associação dos Catadores de Papel, em 1986. Mais tarde, em 1989, esta se tornou a Cooperativa dos Catadores de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (Coopamare). Em Porto Alegre, no ano de 1986, foi criada a Associação dos Catadores de Material de Porto Alegre, na Ilha Grande dos Marinheiros, com o apoio do trabalho eclesial de base da Igreja Católica. Em Belo Horizonte, depois do trabalho de apoio aos catadores realizado pela Pastoral de Rua, em 1990, foi constituída a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (Asmare). (...) é interessante observar que as três experiências têm

sua origem em trabalhos desenvolvidos por organizações da Igreja Católica, e que nas três cidades os empreendimentos de catadores foram criados durante gestões do Partido dos Trabalhadores (PT). (PEREIRA; TEIXEIRA, 2011).

Nos anos 1990, com o apoio de instituições não governamentais, foram promovidos encontros e reuniões em vários locais do país com essa finalidade. Em meados de 1999 com o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, as articulações para a criação de um Movimento Nacional começaram a ser realizadas. Novos parceiros foram incorporados, e o ano de 2001 culminou com a realização do “1º Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis e a 1ª Marcha da População de Rua” (Magera, 2003). Com o fortalecimento dessas manifestações, criou-se o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR.

Durante o 1º Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis ocorrido em Brasília, onde foi criado o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, foi confeccionada a Carta de Brasília, documento que expressa as necessidades e anseios dos catadores de materiais recicláveis, através das reivindicações e propostas à sociedade e ao poder público. A carta destaca a necessidade de destinação de recursos e apoio aos empreendimentos de catadores através de convênios, inclusão da categoria no Plano Nacional de Qualificação Profissional, implantação de políticas nacionais para a coleta seletiva com inclusão dos catadores e erradicação dos lixões, oferecendo condições de trabalho e renda para as famílias que neles vivem.

Com o avanço nas discussões políticas dentro do Movimento, os catadores começaram a construir sua história e demarcar sua área de atuação, com o reconhecimento de uma categoria profissional, onde o trabalho de catador foi oficializado na CBO – Classificação Brasileira de Ocupações, no ano de 2002.

Nessa classificação, os catadores são descritos como catadores de material reciclável, onde na descrição sumária diz que são responsáveis por coletar o material reciclável e aproveitável, vender o material coletado, selecioná-lo, prepará-lo para expedição, realizar manutenção do ambiente e equipamentos de segurança e por fim, divulgar o trabalho de reciclagem.

O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis possui quatro artigos que destringem os princípios e objetivos do Movimento, onde é possível destacar o trabalho

pela autogestão, que preza pelo modo de organizar o trabalho sem patrões, onde todos possuem o poder de voz e voto nas decisões. O planejamento e execução estão sob o controle dos próprios catadores.

Com os avanços na mobilização dos catadores e melhor organização do movimento, em setembro de 2003, o Governo Federal no uso de sua atribuição cria o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo. Dentre suas finalidades, o comitê teria atribuições de:

- Garantir condições dignas de vida e trabalho à população catadora de lixo e apoiar a gestão e destinação adequada de resíduos sólidos nos Municípios;
- Articular as políticas setoriais e acompanhar a implementação dos programas voltados à população catadora de lixo;
- Definir mecanismos de monitoramento e avaliação da implantação das ações articuladas que deverão atuar de forma integrada nas localidades.

Contudo, embora tenham a profissão reconhecida e sejam resguardados por um comitê específico, observa-se que os catadores desempenham suas atividades em condições precárias, sofrem preconceitos e possuem baixo reconhecimento do papel que representam na economia e no meio ambiente (MEDEIROS & MACEDO, 2006).

Outubro de 2006 é considerado mais um marco na história recente de conquistas dos catadores, onde que o Decreto nº 5.940 do Governo Federal institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis. Ou seja, todos os materiais recicláveis gerados pelos órgãos federais deveriam ir para as cooperativas e associações de catadores.

Em 2010 foi decretada e sancionada a Lei nº 12.305, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010), estabelecendo princípios, objetivos, instrumentos e diretrizes relativas à gestão integrada, ao gerenciamento de resíduos sólidos, às responsabilidades dos geradores e do poder público, bem como aos instrumentos econômicos aplicáveis.

Destaca-se na Política Nacional de Resíduos Sólidos o conceito de responsabilidade compartilhada sobre o destino de resíduos – cada integrante da cadeia produtiva passa a ser responsável, juntamente com os gestores e agentes de limpeza urbana,

pelo ciclo de vida completa dos produtos. Aqui vale ressaltar que a política estabelece como fundamental a coleta seletiva: a separação prévia dos resíduos sólidos de acordo com sua constituição ou composição por parte de seus geradores. De modo a viabilizar a coleta seletiva, a política incentiva a organização de catadores de materiais recicláveis por meio da criação e do apoio a cooperativas e outras formas de associação, favorecendo a geração de emprego e renda e consequentemente, contribuindo para a inclusão social e emancipação econômica desses trabalhadores. (MATOS et al, 2012).

Com o fortalecimento na organização dos catadores, atrelado a política do Governo Federal, em dezembro de 2010 a partir do Decreto nº 7.405 é instituído o Programa Pró-Catador e atualiza o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo, que passa a denominar-se Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis.

O Programa Pró-Catador, tem como finalidade integrar e articular as ações do Governo Federal voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, à melhoria das condições de trabalho, à ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica e à expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos, da reutilização e da reciclagem por meio da atuação desse segmento. Esta é uma atitude idealizada pelo governo federal para apoiar e realizar trabalhos em conjunto com estes colaboradores, para que ocorra ganho ambiental e social.

Com a reformulação do Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC) que ocorreu em 2010, o mesmo passa a ser formado por Ministérios e outros órgãos do Governo Federal, parceiros do Programa Fome Zero, Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Fundação Banco do Brasil, Petrobrás, Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, CEMPRE – Compromisso Empresarial para a Reciclagem e Governo do Distrito Federal. O governo busca por intermédio do CIISC identificar as demandas dos catadores para desenvolver e articular ações que promovam a inclusão social e econômica desses trabalhadores, daí a importância da participação do MNCR nesse comitê.

4.2. Organização dos catadores no âmbito do Distrito Federal

A partir do 1º Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, organizado e realizado pelos catadores do Distrito Federal, Brasília passa a organizar o Fórum Lixo e Cidadania que além dos representantes das cooperativas de reciclagem, conta com a participação de diversos atores, como a Cáritas, a Fundação Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e a Universidade de Brasília.

Em dezembro de 2003, reunidos no Ginásio da Associação Atlética Banco do Brasil, em Brasília, mais de 900 catadores presentes aprovaram o “Manifesto de Apoio à criação da Central dos Catadores”. Segundo Streit (2006), a Central de Cooperativas de Catadores de Material Reciclável do DF, teria por objetivo organizar, em comum e em maior escala, os serviços econômicos e assistenciais de interesse das cooperativas afiliadas.

Em dezembro de 2005, após vários debates entre as organizações de catadores, conclui-se a versão final dos Estatutos Sociais da Central das Cooperativas de Catadores do Distrito Federal e entorno – Centcoop-DF, com a versão final sido aprovada em Assembleia Geral, em 15.02.2006. Os princípios pelos quais a Central deverá nortear-se serão: a) autogestão; b) autonomia frente ao estado e aos partidos políticos; c) democracia interna; d) solidariedade; e) respeito ao meio ambiente; f) equidade nas relações de gênero. Como finalidades principais, o documento provisório enumera: a) fortalecer as entidades na busca por melhores preços e novos mercados; b) funcionar como facilitadora no processo de capacitação de recursos humanos; c) buscar medidas que levem à eliminação de intermediários no processo de comercialização de recicláveis; d) representar e defender os interesses das organizações filiadas junto aos poderes públicos; e) apoiar e orientar a criação de novas entidades de catadores. (STREIT, 2006).

Finalmente, em fevereiro de 2006 é criada a Central de Cooperativas de Materiais Recicláveis do Distrito Federal e Entorno (Centcoop-DF). O marco de sua criação foi o auxílio de algumas entidades de apoio, se destacando a Fundação Banco do Brasil e o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília – CDT/UnB, em conjunto com as cooperativas que já estavam legalizadas (100 Dimensão, Cortrap, Fundamental e Superação).

Desde então a Centcoop-DF se fortaleceu, sendo hoje uma referência para os catadores de materiais recicláveis do Distrito Federal melhorando a interlocução de suas entidades com os governos federal e distrital e apoiando suas organizações com projetos de estruturação das unidades e promovendo a capacitação de seus cooperados e associados.

A Centcoop-DF possui 24 empreendimentos de catadores de materiais recicláveis filiados, são eles:

Quadro 1 – Relação das cooperativas/associações filiadas a Centcoop-DF

Cooperativa/Associação	Localização	Nº. de trabalhadores
Acobraz	Brazlândia	18
Acoplano	Vila Planalto	45
Ageplan	Riacho Fundo	15
Ambiente	Lixão da Estrutural	1050
Apcorb	Asa Sul	150
Apcorc	Ceilândia	96
Astradasm	Santa Maria	15
Cataguar	Ceilândia	30
Construir	Lixão da Estrutural	305
Coopativa	SIA	32
Coopere	Lixão da Estrutural	423
Cooperfênix	Gama	30
Coopernoos	Lixão da Estrutural	20
Coorace	Lixão da Estrutural	383
Cortrap	Estrutural	100
Fundamental	Planaltina	20
Planalto	Sobradinho	43
Plasferro	Lixão da Estrutural	34
Recicla Brasília	Asa Norte	52
Recicla Goiás	Lago Azul - GO	40
Reciclo	Samambaia	35
Renascer	Estrutural	15
Superação	Recanto das Emas	15
Vida Nova	Recanto das Emas	35
Total		3001

Fonte: Centcoop-DF, 2013.

4.2.1. Entidades de Assessoria e Apoio

No histórico das cooperativas de catadores de materiais recicláveis do Distrito Federal destacam-se algumas entidades de assessoria e apoio a essa classe de trabalhadores, que são:

4.2.1.1. Fundação Banco do Brasil

A Fundação Banco do Brasil (FBB) começou a operar efetivamente em fevereiro de 1988, com a proposta de financiar projetos que buscassem soluções para problemas sociais. Desde 2003, a FBB já investiu R\$ 26 milhões em cerca de 180 projetos de inclusão social de catadores, com o objetivo de fomentar a conquista da inserção autônoma dessa categoria em cadeias produtivas (FBB, 2009).

4.2.1.2. Ecooideia

A Ecooideia é uma cooperativa de trabalho sem fins lucrativos, criada em fevereiro de 2000, formada por técnicos generalistas e especialistas das mais diversas áreas: biólogos, ecólogos, geógrafos, engenheiros agrônomos, civis, florestais, entre outros. A Ecooideia realizou o diagnóstico das Organizações de Catadores de Materiais Recicláveis do Distrito Federal, sendo desde então, parceira da Centcoop-DF.

4.2.1.3. Instituto Sócio-Cultural, Ambiental e Tecnológico Arthur Andrade

Fundado em 2003, o Instituto Sócio-Cultural, Ambiental e Tecnológico Arthur Andrade (IAA) é uma organização sem fins lucrativos executora de projetos sociais. Dentre os projetos realizados pelo Instituto Arthur Andrade, destacam-se a criação de uma biblioteca com mais 10 mil volumes em São Sebastião - DF, além da manutenção da Sala da Educação Digital. A partir de 2009 o IAA inicia os trabalhos relacionados a cooperativas de catadores de materiais recicláveis, tornando-se parceiro da Centcoop-DF.

4.2.1.4. Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília

O Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília (CDT/UnB) por meio da Incubadora Social e Solidária (ISSOL/CDT/UNB) em 2004 inicia trabalhos voltados para empreendimentos de economia solidária. Os trabalhos realizados são por meio de incubação, onde grupos populares são incubados pela ISSOL a fim de constituição e evolução da organização incubada. A Centcoop-DF é um empreendimento incubado pela ISSOL que dispõe dos seus técnicos para orientar e assessorar seus diretores na execução e elaboração de seu planejamento estratégico, como também participam na execução de projetos paralelos voltados às cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

4.2.2. Projeto Incubadora de Redes de Economia Solidária do Distrito Federal

O Projeto Incubadora de Redes de Economia Solidária do Distrito Federal (IRES-I) teve duração de 12 meses e foi realizado no ano de 2010. Sendo uma iniciativa da Cooperativa Ecoideia em parceria da Incubadora Social e Solidária do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília (ISSOL/CDT/UnB) e financiamento da Fundação Banco do Brasil (FBB), atuou na promoção dos empreendimentos de economia solidária voltados à reciclagem, mais precisamente às cooperativas e às associações de catadores de materiais recicláveis.

O projeto IRES-I é mais conhecido como Cosme e Damião, pois propõe a formação de duplas de bolsistas, um bolsista cooperado catador e um bolsista estudante da Universidade de Brasília para atuarem juntos. Ao todo foram 10 bolsistas da Universidade e 18 bolsistas dos empreendimentos, além de dois pesquisadores que acompanharam o projeto.

Essa formação visa promover nos empreendimentos a sustentabilidade através do fortalecimento de redes de comercialização e tem por objetivo unir/trocar o conhecimento teórico dos estudantes universitários com o conhecimento empírico dos trabalhadores da reciclagem e, assim, fortalecer a ação e formar quadros em ambos os grupos.

Essa formação foi dividida em teoria e prática, visando à profissionalização dessas organizações. Os bolsistas (universitários e catadores) receberam capacitações teóricas na Universidade de Brasília e práticas dentro dos empreendimentos envolvidos. Um dos aspectos

importantes do projeto é o processo de construção de metodologias mais aperfeiçoadas de formação/educação, baseada na experimentação e no “aprender fazendo”, tendo por base a realidade e as condições das entidades parceiras e a dinâmica das socializações dos empreendimentos.

O objetivo do projeto foi capacitar os bolsistas dos empreendimentos que estão na base para que eles possam aplicar e multiplicar o conhecimento construído no decorrer dos cursos. O projeto buscou contribuir para a melhora nas práticas de gestão dentro dos empreendimentos e consequentemente aumentar os ganhos dos catadores.

4.2.3. Projeto Incubadora de Redes de Economia Solidária do Distrito Federal II

O Projeto Incubadora de Redes de Economia Solidária do Distrito Federal II (IRES-II) foi executado pelo Instituto Sócio-Cultural, Ambiental e Tecnológico Arthur Andrade (IAA) e financiado pela Fundação Banco do Brasil, tendo início em janeiro de 2011. O IRES-II visou promover a sustentabilidade de empreendimentos de economia solidária através do fortalecimento de redes de comercialização. Com objetivo de dar continuidade do projeto Incubadora de Redes de Economia Solidária I, cuja vigência se deu no ano de 2010, o mesmo pretendeu contribuir para a melhoria da gestão de 10 cooperativas de catadores de materiais recicláveis por meio de assessoria em capacitação.

A metodologia consistiu na mesma realizada no projeto anterior, a formação de duplas entre um estudante universitário e um catador. Tal método gerou bons resultados porque “abriu caminho” para inserção de mudanças nos processos das cooperativas.

Os objetivos específicos do projeto IRES-II seriam:

- Melhorar a eficiência produtiva e aumentar os resultados comerciais dos empreendimentos;
- Aperfeiçoar as rotinas de trabalho, processos administrativos internos e controles financeiros, produtivos e comerciais;
- Elevar o nível de satisfação dos associados e cooperados.

As etapas do projeto foram:

- Seleção de 10 empreendimentos de catadores de materiais recicláveis do Distrito Federal, filiados à Centcoop-DF;
- Capacitação por meio de oito cursos voltados para áreas de comercialização; produção; gestão e; cooperativismo e associativismo;
- Acompanhamento das atividades desenvolvidas nas capacitações para que essas fossem desenvolvidas nos empreendimentos;
- Desenvolvimento e aprimoramento de um projeto social e quatro processos administrativos nos empreendimentos.

5. METODOLOGIA

A pesquisa de cunho descritiva e explicativa terá por intuito descrever, caracterizar e explicar a evolução da situação socioeconômica e administrativa das cooperativas nas atividades de reciclagem. Para este fim, foi realizado um levantamento de dados qualitativos por meio da aplicação de um questionário estruturado. Ainda como meio se valerá da consulta de livros, artigos e sites que abordam o problema desta pesquisa, sendo caracterizada como pesquisa bibliográfica.

A pesquisa foi desenvolvida em cinco etapas, a saber: 1ª) Realização do questionário nos empreendimentos a fim de se diagnosticar a situação dos empreendimentos de cooperativas de catadores de materiais recicláveis; 2ª) Capacitações relacionadas ao cooperativismo e a gestão administrativa e financeira dos empreendimentos; 3ª) Inserção, dos processos aprendidos nas capacitações, dentro dos empreendimentos; 4ª) Realização do mesmo questionário ao final das capacitações a fim de analisar as mudanças ocorridas durante o processo de capacitação; 5ª) Análise comparativa entre o diagnóstico inicial, anterior às capacitações, e o diagnóstico final, após as capacitações.

Abaixo, especifica-se em detalhes o método empregado durante todas as etapas da pesquisa.

5.1. Diagnóstico Inicial nos empreendimentos

Para a realização do diagnóstico inicial, foi utilizada a metodologia RADAR – ISSOL CDT/UnB com adaptações. Essa metodologia foi desenvolvida pela Incubadora Social e Solidária do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília especialmente para empreendimentos de economia solidária. A mesma é baseada na aplicação de questionários dentro dos empreendimentos a fim de se gerar pontuações em seus eixos de atuação: Pessoas e Organização; Economia Solidária e Cooperativismo; Administrativo e Financeiro; Captação de Recursos e Projetos; Processo Produtivo; Infraestrutura; Produto e Serviços; Comunicação e; Comercialização.

Para essa pesquisa, utilizou-se somente três eixos de atuação do RADAR, pelo fato de estes abrangerem os tópicos de principal interesse relacionados ao tema em estudo, são esses:

- Pessoas e Organização;
- Economia Solidária e Cooperativismo e;
- Administrativo e Financeiro.

A composição do grupo entrevistado foi de 12 catadores de materiais recicláveis de quatro cooperativas diferentes, sendo então três catadores de cada cooperativa.

No questionário, o eixo Pessoas e Organização possui perguntas relacionadas aos membros do empreendimento; às organizações internas; à questão da liderança dentro do grupo; às relações interpessoais; dentre outras. Destaca-se:

- *Há respeito nas relações interpessoais dentro do grupo?*
- *As relações no grupo são cooperativas?*
- *Como é a relação com a liderança?*
- *Com que frequência são realizadas as avaliações das ações do grupo?*

O eixo Economia Solidária e Cooperativismo é caracterizado por perguntas relacionadas às características legais de uma cooperativa, por exemplo: se o empreendimento está legalizado; se há Estatuto e Regimento Interno; como é a atuação do Conselho Fiscal; como é o processo de tomada de decisão dentro do empreendimento; dentre outras. Destaca-se:

- *Como é realizada a escolha do coordenador/presidente?*

- *Com que frequência são realizadas as Assembleias Gerais?*
- *As decisões tomadas pela maioria são respeitadas?*
- *O Conselho Fiscal analisa a prestação de contas?*
- *Quem define o valor da retirada?*

O eixo Administrativo Financeiro é relacionado a perguntas referentes à gestão do empreendimento, como: a questão do planejamento de atividades; registro de atas das reuniões; se possuem fluxo de caixa, controle de estoque e balancete fiscal; se há capital de giro disponível; dentre outras perguntas. Destaca-se:

- *É feito um planejamento de atividades em geral?*
- *Verifica-se o cumprimento dos planos?*
- *Atinge-se as metas estabelecidas?*
- *É feito o registro do fluxo de materiais e produtos?*
- *O empreendimento tem alguma pendência fiscal ou tributária?*

Na metodologia RADAR, cada pergunta possui cinco opções de resposta: 0; 1; 2; 3; 4, sendo elas estrategicamente alocadas de modo que as respostas mais próximas ao 4 são melhores as mais próximas ao 0.

A partir da aplicação do questionário, as respostas foram tabuladas e os eixos classificados em valores de 0 a 100 pontos. O cálculo do valor de cada eixo é realizado a partir da contabilização das respostas, onde a resposta na opção 0, equivale a 0 pontos, a opção 1, equivale a 25 pontos, a opção 2, equivale a 50 pontos, a opção 3, equivale a 75, e a opção 4 equivale a 100 pontos. Para o cálculo final, é somada a pontuação das respostas a cada pergunta e dividido pelo valor absoluto de perguntas em cada eixo.

Valores mais próximos a 100 foram considerados ótimos, enquanto valores mais próximos de 0 foram considerados insatisfatórios. Aos valores menores de 50, foi dada uma maior atenção por serem considerados esses valores críticos e que necessitem de uma melhor avaliação.

5.2. Capacitações administrativas aos empreendimentos

A partir da análise dos questionários e do diagnóstico inicial, foram observados os pontos menos eficientes, os quais nortearam as capacitações administrativas aos empreendimentos. Foram realizadas quatro capacitações administrativas, que giraram em torno das dificuldades diagnosticadas.

Os cursos foram ministrados na Universidade de Brasília, no Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico, e promovidos pelo Instituto Arthur Andrade como parte do projeto IRES-II, que contou com profissionais experientes em assuntos relacionados a empreendimentos de economia solidária.

Dois representantes de cada cooperativa, os quais seriam os agentes responsáveis por levar o conhecimento adquirido em sala de aula para o seu empreendimento, participaram das capacitações.

Os cursos tiveram duração de 12 horas, separados em três encontros, que foram:

- Curso de Associativismo e Cooperativismo;
- Curso de Comunicação e Transparência;
- Curso de Secretariado e;
- Curso de Tesouraria.

5.2.1. Curso de Associativismo e Cooperativismo

O Curso de Associativismo e Cooperativismo foi elaborado com o intuito de apresentar os conceitos de cooperativismo, bem como seus benefícios, refletir sobre a necessidade dos registros dentro dos empreendimentos, característica de cooperativas bem sucedidas, e, sobretudo, estimular e capacitar os catadores de materiais recicláveis a praticar os registros em suas cooperativas e associações. Para isso, todas as atividades foram trabalhadas na perspectiva da situação atual de cada cooperativa.

O que foi apresentado e ensinado: produção de atas; manutenção de livros de registros; análise e elaboração de Estatuto Social; constituição de assembleias gerais ordinárias e

extraordinárias; elaboração de cartas de admissão e demissão; parecer do conselho fiscal, elaboração de edital de convocação; entre outros registros.

Um aspecto importante do curso foi a apresentação da Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971 que define a Política Nacional do Cooperativismo. Conhecida como “Lei das Cooperativas”, esta possui as diretrizes para a consolidação de uma cooperativa e apresenta todos esses Livros Obrigatórios necessários na constituição de uma cooperativa.

A importância dessa capacitação se faz presente quando analisado o diagnóstico inicial, pois neste percebe-se uma deficiência em aspectos relacionados ao cooperativismo dentro dos empreendimentos. A realização de registros de reuniões, embora seja útil, não se faz com frequência dentro das cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Reuniões com fornecedor, cliente, com outro departamento, entre outros sócios, necessitam de registros, pois na maioria desses encontros são tomadas diversas decisões. A existência de uma ata ou memória de reunião é um fator de garantia para que o combinado se realize, ou pelo menos se tenha parâmetro para guiar as ações, impedindo assim possíveis interpretações criativas e/ou errôneas sobre o que foi decidido anteriormente.

5.2.2. Curso de Comunicação e Transparência

O curso de Comunicação e Transparência foi elaborado a partir de uma demanda percebida no diagnóstico dentro dos empreendimentos devido à carência de comunicação interna e de transparência nos processos. A transparência é fundamental em empreendimentos de economia solidária, pois deve proporcionar todas as condições ao exercício de análises crítica sobre o uso dos recursos dos empreendimentos, além de proporcionar uma segurança a cada trabalhador. Para que a transparência seja efetivada e realmente utilizada, os canais de comunicação devem estar sendo utilizados de forma correta.

Observou-se que esse curso não foi muito bem aceito pelos participantes, pelo fato de o conteúdo do curso ser voltado basicamente a cooperativas já bem estruturadas e com capital financeiro, distante da realidade dos catadores de materiais recicláveis. Onde o instrutor usou diversos exemplos relacionados ao uso da internet e comunicação via e-mail dos cooperados, sendo que nenhuma das cooperativas participantes do curso possuía internet em seu local de trabalho.

5.2.3. Curso de Secretariado

O curso de Secretariado contou com a presença dos secretários dos empreendimentos, além de outro cooperado de cada empreendimento para que a informação do trabalho do secretário não ficasse restrita apenas às secretárias das cooperativas, e sim fosse transferida adiante.

O curso foi desenvolvido com o intuito de proporcionar aos empreendimentos o conhecimento sobre a função de secretário dentro da cooperativa, um cargo fundamental a qualquer organização. Dentre as funções dos secretários, destacam-se:

- Secretariar os trabalhos e orientar a lavratura das atas das reuniões;
- Atender as pessoas (cliente interno e externo);
- Elaborar documentos; arquivar documentos físicos e eletrônicos;
- Assinar juntamente com o Presidente, contratos e demais documentos constitutivos de obrigações, bem como cheques bancários.

Além de apresentar todas essas funções aos participantes do curso, houve uma oficina de elaboração de documentos como: editais de convocação; atas em geral e; memorandos e ofícios. Para finalizar a capacitação, foram apresentados controles administrativos para os secretários implementarem em seus empreendimentos.

5.2.4. Curso de Tesouraria

O curso de Tesouraria foi elaborado com o intuito de proporcionar aos empreendimentos participantes uma gestão financeira mais saudável, instruindo aos tesoureiros e participantes na elaboração e no aperfeiçoamento de controles financeiros. O curso contou com a presença dos tesoureiros de todas as cooperativas participantes desta pesquisa.

No cotidiano de uma cooperativa, a organização financeira é fundamental. Alguns controles como fluxo de caixa, controle de produção, controle de contas a receber, controle de

contas a pagar, dentre outros, são essenciais para a gestão financeira. Sem esses controles, os cooperados encontrarão dificuldades em controlar a cooperativa no médio e longo prazo.

Houve um resgate da função de cada tesoureiro dentro do seu empreendimento, e percebeu-se que os tesoueiros não estão realizando bem as funções que deveriam realizar, e sim funções relacionadas à presidência, ao secretário e aos cooperados. Algumas funções do tesoureiro são:

- Zelar para que a contabilidade do empreendimento seja mantida em ordem e em dia;
- Verificar e visar os documentos da receita e despesa;
- Assinar, juntamente com o Presidente, cheques bancários e autorização de despesas;
- Emitir recibos e dar quitações relacionadas ao empreendimento;
- Examinar, assiduamente, a escrituração e o estado administrativo e financeiro do empreendimento.

A continuação do curso baseou-se na confecção de controles financeiros, visto que o diagnóstico indicou carência dos empreendimentos para controlar suas finanças. Alguns controles apresentados foram: movimento de caixa; fluxo de caixa; balanço patrimonial; controle de entradas; controle de saídas; controle de estoques; dentre outros.

5.3. Inserção dos Processos Administrativos

Durante o primeiro mês sequente a cada curso, as atividades vistas nas capacitações foram aplicadas dentro dos empreendimentos. Difundiram-se conceitos de associativismo e cooperativismo nos empreendimentos; propuseram-se atividades de comunicação e transparência; ocorreu um acompanhamento às secretárias dos empreendimentos a fim de introduzir todo o conhecimento adquirido na capacitação em prol das cooperativas e; foram introduzidos diversos controles financeiros aos empreendimentos.

5.4. Diagnóstico Final nos empreendimentos

Após o término da introdução de atividades das capacitações, foi realizado um novo diagnóstico aplicado às mesmas cooperativas e aos mesmos catadores. Para tanto, utilizou-se

novamente o questionário RADAR com adaptações, que permitiu analisar as mudanças decorridas das capacitações anteriores.

5.5. Análise de dados

A análise dos dados foi realizada comparando-se os resultados do diagnóstico inicial com o diagnóstico final. Foi feita a análise entre os eixos, as capacitações e entre as cooperativas. Ainda para cada análise foi utilizada a experiência empírica nos empreendimentos.

6. COOPERATIVAS

Para a realização desta pesquisa, foram escolhidas quatro cooperativas de catadores de materiais recicláveis do Distrito Federal. As quatro cooperativas foram escolhidas a partir das 10 cooperativas participantes do projeto Incubadoras de Redes de Economia Solidária II (IRES-II). As escolhas foram feitas de forma aleatória, ou seja, não existiu nenhum critério na escolha.

6.1. Diagnóstico inicial

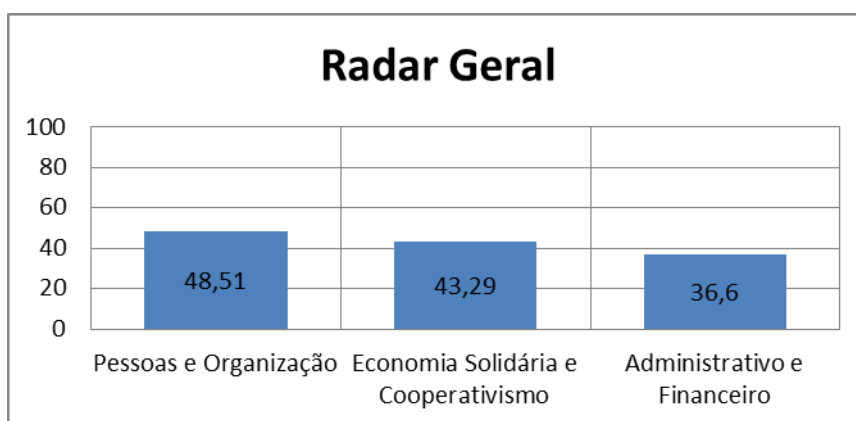
Para realização do diagnóstico nas cooperativas foi utilizado e adaptado o instrumento RADAR, que possibilitava avaliar os empreendimentos em eixos de atuação. Conforme apresentado anteriormente, os eixos são:

- Pessoas e Organização;
- Economia Solidária e Cooperativismo e;
- Administrativo e Financeiro.

O diagnóstico foi aplicado em todas as quatro cooperativas alvos dessa pesquisa: Acobraz, Coorace, Recicla Brasília e Reciclo.

Com base no Gráfico 1, é possível verificar que pela média, os empreendimentos apresentam dificuldades em todos os eixos de atuação. No entanto, para uma análise mais aprofundada, foram analisados cada empreendimento separadamente.

Gráfico 1 - Média do diagnóstico RADAR inicial dos quatro empreendimentos.



Fonte: Dados da pesquisa

Em cada empreendimento foi realizado: levantamento do histórico de constituição de cada cooperativa; análise da situação organizacional relacionada aos membros dos empreendimentos; avaliação dos aspectos da economia solidária e; avaliação da situação do planejamento e controle financeiro.

6.2. ACOBRAZ – Associação dos Catadores e Recicladores de Resíduos Sólidos de Brazlândia

6.2.1. Breve histórico

Segundo D. Maria, a associada mais antiga, a história do empreendimento data de meados da década de 1990. Ela não se recorda muito bem, mas embora não existisse a associação, havia um local na própria cidade de Brazlândia onde o SLU despejava os resíduos (lixão). Nessa época, ela e mais 11 pessoas trabalhavam no local e já realizavam um trabalho de coleta e triagem do material. Não havia galpão para que as pessoas pudessem se proteger do sol ou da chuva e cada catador recebia individualmente pelo seu trabalho.

Em 1995 ocorreu a transferência para a Usina do SLU, durante visita ao lixão, representantes da administração de Brazlândia e do SLU prometeram tirar as pessoas do lixão para colocá-las na Usina. Foi quando o grupo foi instalado nas dependências do SLU, onde nessa época já havia galpão na Usina. Segundo D. Maria, 25 garis trabalhavam no espaço. Com o tempo essas pessoas foram saindo e só os associados permaneceram. A celebração dessa ida a Usina do SLU é relatada como experiência de sucesso, pois a partir de tal acordo o grupo passou a ter melhores condições de trabalho.

No dia 10 de dezembro de 1998 ocorreu a assembleia de constituição do empreendimento. Segundo relatos da primeira presidente e atual tesoureira, para que o grupo conseguisse registrar a associação o SLU, não poderia mais assumir os serviços de administração, tais atividades deveriam passar a ser desenvolvidas pelos associados. Assim, na assembleia de fundação, além da votação do estatuto social do empreendimento, ocorreu também a primeira eleição dentro do grupo. Nesse ano ocorreu a abertura de uma conta para o grupo, experiência relatada de maneira positiva, pois os clientes passariam a depositar os valores da venda dos materiais nessa conta.

O empreendimento chegou a ter 45 associados, período no qual ocorriam jogos de futebol no espaço da Usina. Havia competições, sendo que até pessoas que não eram do empreendimento visitavam-no para jogar.

Por volta de 2002 ocorreu um fato relatado com descontentamento pelo grupo. Nesse período o sobrinho do atual presidente ocupou o cargo de tesoureiro e desviou dinheiro da associação.

A partir do ano de 2010, o grupo passa a participar do projeto IRES-I através da Centcoop e uma professora do Decanato de Extensão da UnB, D. Nice, ministra aulas de alfabetização para os catadores.

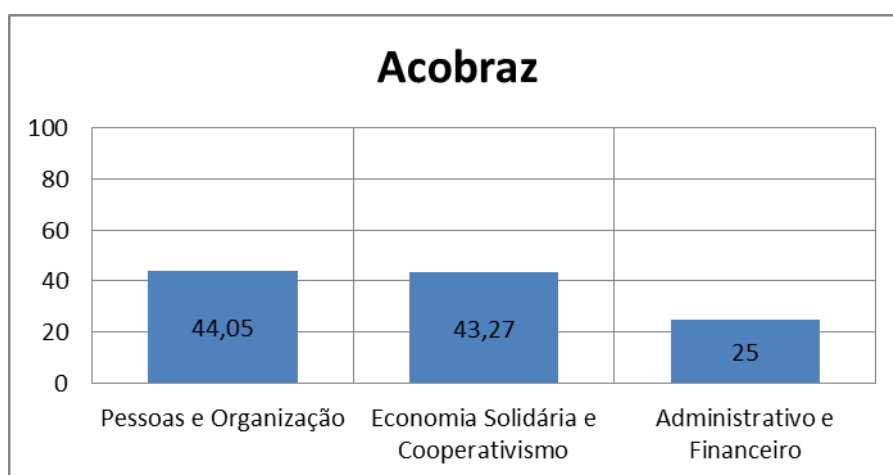
Em Julho de 2011 a cidade de Brazlândia passa a ter coleta seletiva, o que contribui de maneira muito positiva para a qualidade do material que chega ao empreendimento, gerando efeito positivo sobre a renda dos associados. Hoje a média do salário dos catadores chega a ser R\$ 600,00 reais por mês.

O grupo ganhou uma tenda, uma empilhadeira e uma mesa de triagem, além de materiais para a organização dos documentos no escritório. O colégio Marista doou R\$ 30.000,00 reais para a associação, dinheiro com o qual eles compraram dois motores para as esteiras, consertaram o triciclo do grupo e realizaram uma pequena reforma no local de trabalho.

6.2.2. RADAR Inicial na Acobraz

Com base no Gráfico 2, observa-se a baixa pontuação da Acobraz nos três eixos do RADAR, sendo o eixo Administrativo e Financeiro mais crítico com apenas 25 pontos, necessitando uma atenção especial e busca de soluções para melhoria no empreendimento.

Gráfico 2 - Diagnóstico RADAR inicial na Acobraz.



Fonte: Dados da pesquisa

6.2.3. Pessoas e Organização

Na Acobraz, o trabalho é realizado de forma coletiva e os cooperados tem o conhecimento de suas responsabilidades. Ao mesmo tempo, a tomada de decisão na maioria das vezes passa pela mão do atual presidente ou da atual tesoureira, que tomam as iniciativas dentro do empreendimento. Normalmente, os cooperados apenas realizam seu trabalho e não se interessam por assuntos burocráticos relacionados à cooperativa.

Pelo fato de não haver muitas reuniões dentro do grupo e, tampouco, encontros marcados regularmente, também não há avaliação interna dentro da cooperativa. Em relação ao respeito entre os cooperados, o empreendimento se destaca, tendo grandes laços fraternos dentro do grupo.

Na Região Administrativa de Brazlândia foi instituída a coleta seletiva, fato que tem melhorado a parte financeira da Acobraz, pois os materiais recicláveis chegam em melhor qualidade para a Cooperativa. Além disso, o empreendimento vem participando de alguns projetos, deixando os cooperados mais interessados nas atividades do grupo, ou seja, os catadores da Acobraz estão percebendo que para melhorar seus rendimentos e qualidade do trabalho, precisam se unir e conseguir mais projetos.

A Acobraz possui diversos equipamentos que auxiliam no processo produtivo, como prensas, esteiras cobertas e um triciclo. Porém, estes estão ultrapassados e com pouca manutenção, gerando alguns contratempos que prejudicam o trabalho. Normalmente, algum desses equipamentos sempre se encontra estragado, e assim que é consertado, outro estraga.

A existência de equipamentos é positiva ao grupo, pois otimiza o processo produtivo, entretanto o empreendimento possui muita dependência dos serviços do SLU e dos clientes para o transporte do material.

O material que chega ao empreendimento é proveniente da coleta realizada pelo SLU, o material é triado e vendido aos clientes que vão ao local recolher esse material, logo, a Acobraz não possui muito trabalho no transporte dos materiais.

Por estar em uma Usina do SLU que já foi local de trabalho de empregados do órgão, existe uma estrutura com salas, escritório, banheiros e cozinha, melhorando assim a condição de trabalho dos cooperados.

6.2.4. Aspectos da Economia Solidária

Em relação à Economia Solidária dentro do empreendimento, grande parte dos catadores, se não a totalidade, não possuem ideia a respeito dos conceitos de economia solidária, cooperativismo e associativismo.

Já em relação às características de empreendimentos da economia solidária, a Acobraz apresenta pouco comprometimento no desempenho das atividades que demanda empenho e engajamento grupal, tais como reuniões, planejamentos, entre outras atividades de mesma natureza.

Os cooperados não sabem exatamente quem são as pessoas que compõe o conselho fiscal do empreendimento, além de não saberem quais são as atribuições das pessoas que ocupam tais cargos, o que por sua vez é sintomático da situação atual do empreendimento, onde o conselho fiscal não fiscaliza a prestação de contas e nem se reúne.

O empreendimento possui Estatuto Social e Regimento Interno registrados, o que é um grande avanço entre as cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

As atribuições das pessoas que ocupam o cargo da diretoria se concentram no presidente e na tesoureira. Esses também não realizam reuniões periódicas e tampouco registram em ata os encaminhamentos desses encontros.

A gestão da Acobraz é centralizada. Desde sua fundação, em 1998, a cooperativa teve apenas dois presidentes, o atual e a atual tesoureira, que na época da fundação era a presidente.

Há conselho fiscal e diretoria, mas estes não funcionam. As pessoas próximas ao presidente têm alguma influência no processo decisório, mas estão subordinados a sua autoridade. Apesar dessa centralidade na gestão, de acordo com alguns cooperados, não há reclamações em relação ao presidente. Segundo um cooperado, o presidente está sempre disposto a ajudar algum catador que está em má condição e sempre está presente para sanar quaisquer dúvidas que surgem.

6.2.5. Planejamento e Controle Financeiro

Pelo fato de a Acobraz nunca ter desenvolvido um plano de negócios ou plano de trabalho, as atividades são realizadas sem nenhum tipo de planejamento.

As atividades financeiras da cooperativa são realizadas apenas pelo presidente ou tesoureiro. Ocorre apenas o registro simples de gastos, onde são registradas todas as receitas

do empreendimento bem como todas as despesas, todavia, esse controle é realizado de forma rudimentar, onde a tesoureira não guarda todos os comprovantes de entradas e saídas e em muitas vezes nem solicitam ou emitem esses comprovantes. Ainda assim, esse controle realizado pela Acobraz, acontece somente pelo fato do SLU ter requisitado alguns registros financeiros, mesmo que básicos, para a cooperativa ser agraciada com alguns benefícios do Governo do Distrito Federal. Observa-se então, que a existência desse controle não foi uma iniciativa da Acobraz.

6.3. COORACE – Cooperativa de Reciclagem Ambiental da Cidade Estrutural

6.3.1. Breve histórico

A cooperativa de Reciclagem Ambiental da Cidade Estrutural (Coorace) foi fundada em 18 de junho de 2008. A principal motivação da criação dessa cooperativa se deu pela insatisfação com o fato de existir apenas uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis no Lixão da Estrutural. Nessa época, já havia centenas de catadores trabalhando de forma individual e precária no Lixão localizado na cidade satélite de Brasília, a Estrutural. Um grupo de catadores que não se sentia representado da forma em que trabalhavam no Lixão e com a perspectiva da inativação do Lixão da Estrutural, decidiram fundar a Coorace.

No ano de 2009 a cooperativa passa a fazer parte da Central de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis do DF (Centcoop). Ainda neste ano, o presidente da Coorace passa a exercer um cargo na diretoria da Centcoop, possibilitando total inserção da cooperativa juntos as já firmadas.

Localizada no Lixão da Estrutural, os trabalhadores da Coorace passam por diversas dificuldades relacionadas ao modo de trabalho. Não há segurança, equipamentos necessários para a coleta, os cooperados trabalham no sol e na chuva, na poeira e no barro, e ainda, com todas essas dificuldades, lutam por melhores condições.

No final de 2009, com o advento do Projeto IRES-I (Cosme e Damião), a cooperativa participou de seu primeiro projeto, onde se destacou e realizou um grande avanço em suas articulações internas e externas e em seus controles administrativos.

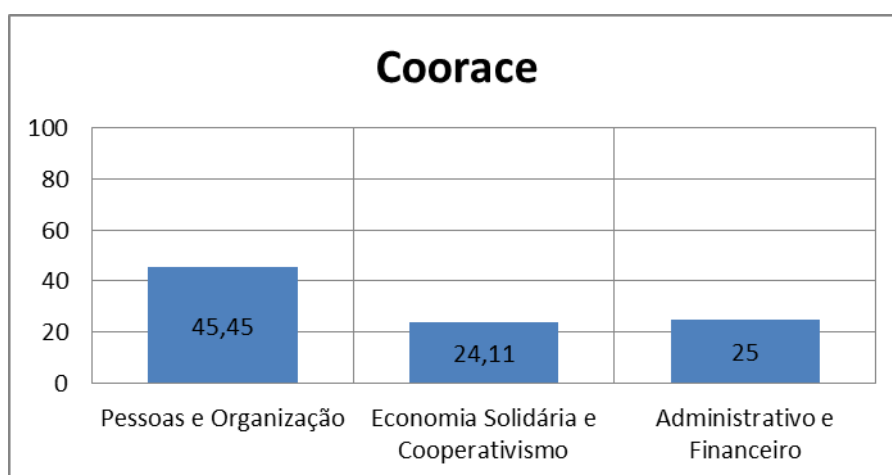
Já em 2011, com o projeto executado pelo Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da UnB, “Território da Cidadania e Reciclagem” (TCR), a Coorace ganha uma tenda para proteger os catadores do sol e da chuva, além de um contêiner escritório, que passa a ser utilizado como escritório da cooperativa e propicia os trabalhos administrativos.

A cooperativa Coorace possui por volta de 400 cooperados, são separados em três grupos que trabalham coletivamente, todavia percebe-se que muitos ainda trabalham individualmente.

6.3.2. RADAR Inicial na Coorace

Com a aplicação do RADAR na Coorace, como mostrado no Gráfico 3, percebe-se que os eixos de Economia Solidária e Cooperativismo e o Administrativo Financeiro estão com pontuações críticas em relação ao eixo Pessoas e Organização. Sendo assim, deverá ser feito um planejamento nas atividades dentro do empreendimento a fim de haver melhorias nesses pontos.

Gráfico 3 - Diagnóstico RADAR inicial na Coorace.



Fonte: Dados da pesquisa

6.3.3. Pessoas e Organização

Na Coorace, os cooperados tem conhecimento de suas responsabilidades. Os membros de empenham em realizar suas tarefas com qualidade, porém falta clareza sobre suas atribuições.

Uma característica interna da Coorace é o respeito que existe nas relações interpessoais dentro do grupo, cada cooperado está preocupado em realizar seu trabalho e ainda ajudar o outro. Mesmo não tendo tanto conhecimento acerca do cooperativismo, eles se comportam de maneira cooperativa.

Pelo fato de a cooperativa estar localizada no Lixão da Estrutural, que é muito grande, e por haver muitos membros, os cooperados trabalham distantes entre si. Existe muita dificuldade na comunicação interna, e no momento de reunir todos os cooperados para tomadas de decisão. Sendo assim, a tomada de decisão na maioria das vezes não é realizada com todos os cooperados, e sim com pequenos grupos que se dispõem a participar das assembleias e reuniões.

Ao mesmo tempo em que a tomada de decisão é feita por algumas lideranças do empreendimento, a relação dos demais cooperados com as lideranças mostra-se colaborativa.

O processo produtivo realizado na Coorace é realizado individualmente. Alguns cooperados formam grupos e trabalham em conjunto, porém a maioria realiza a coleta, triagem e venda individual. Não há organização conjunta de estocagem e utilização de maquinário na cooperativa.

Por estar localizada no Lixão da Estrutural a céu aberto, a cooperativa não possui uma boa infraestrutura. A tenda que a cooperativa recebeu do Projeto TCR, não foi muito bem colocada, pois não houve aterramento do chão, ficando assim, torta e com possibilidade de queda. Pelo fato de trabalharem a céu aberto, os cooperados sofrem com a falta de equipamentos necessários de segurança, como botas e luvas adequadas.

Os resíduos que chegam para serem triados, normalmente são de baixa qualidade, havendo assim um trabalho mais árduo para cada cooperado.

6.3.4. Aspectos da Economia Solidária

Observa-se que alguns cooperados possuem atitudes características de empreendimentos de economia solidária, porém a prática de economia solidária e cooperativismo ainda não são visíveis nas relações entre os membros.

Em relação aos aspectos legais do cooperativismo, a cooperativa se encontra legalizada e as eleições da diretoria contam com a participação da maioria dos cooperados. Assembleias gerais e reuniões de diretoria não são frequentes na Coorace, tendo grande parcela de ausência nesses encontros. A Coorace possui Estatuto atualizado, mas não possui um Regimento Interno. Quando realizada a pesquisa, o Conselho Fiscal da Coorace estava começando a se reunir para verificar as contas e o balancete.

Apesar de não ter a participação de todos os membros do empreendimento nas esferas de decisão, a gestão é descentralizada, pois todos são convidados a comparecer e decidir os rumos da cooperativa, porém poucos vão, e os que vão decidem pelo grupo.

O conselho fiscal e a diretoria estão iniciando seus trabalhos, então já há sinais do interesse para a cooperativa funcionar em todas suas instâncias. O presidente da cooperativa não exerce o papel de autoridade, deixando sempre que ocorra o processo democrático no empreendimento.

6.3.5. Planejamento e Controle Financeiro

Na Coorace não ocorre nenhum tipo de planejamento ou controle financeiro. A cooperativa possui apenas alguns documentos administrativos, como um cadastro dos cooperados que fazem parte do empreendimento e um livro de atas.

6.4. RECICLA BRASÍLIA – Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis do DF

6.4.1. Breve histórico

Alguns catadores da região da Asa Norte, no Plano Piloto de Brasília, localizados em regiões irregulares, trabalhavam coletando o material nas ruas e triavam perto de seus barracões. Em 2008, esses catadores do cerrado decidiram fundar uma associação com intuito de melhorias na qualidade de vida e trabalho, assim é criada a Recicla Brasília.

Após a fundação da associação, receberam a autorização de trabalhar em um espaço privilegiado que seria trabalhar dentro da Usina do SLU da Asa Norte, local utilizado para depósito de grande parte dos resíduos gerados na Asa Norte. Mesmo assim as coisas não foram tão fáceis, os materiais eram de baixa qualidade e pequena quantidade. Dessa forma, chegavam a trabalhar uma semana para ganhar apenas R\$ 25,00.

Assim que fundada, a Recicla Brasília passa a ser parte da Centcoop e seu presidente passa a integrar seu Conselho Gestor. Através de um projeto da Central de Cooperativas do DF, a Recicla Brasília ganha um triciclo para auxiliar na coleta. A partir dessa conquista, a associação obtém melhoras na coleta e os associados passam a receber mais.

Em 2009 a associação é realocada para um local com piores estruturas, onde os catadores passam a enfrentar problemas relacionados às más condições trabalho como o trabalho debaixo de sol e chuva, trabalho diante de muita poeira em épocas de seca e muito barro e lama em épocas de chuva. Todavia, ao mesmo tempo em que as condições se mostravam precárias para a realização do trabalho, a quantidade e qualidade do material aumentaram consideravelmente.

No ano de 2010, o número de associados aumentou, a qualidade do material continuara boa. Entretanto, a Recicla Brasília se deparou com um problema que afetou a renda dos catadores, a quantidade do material diminuiu, pois haviam surgido outras cooperativas e o material coletado pelo SLU era dividido entre elas.

Já em 2011, com o advento do projeto executado pelo Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da UnB, Território da Cidadania e Reciclagem (TCR), a

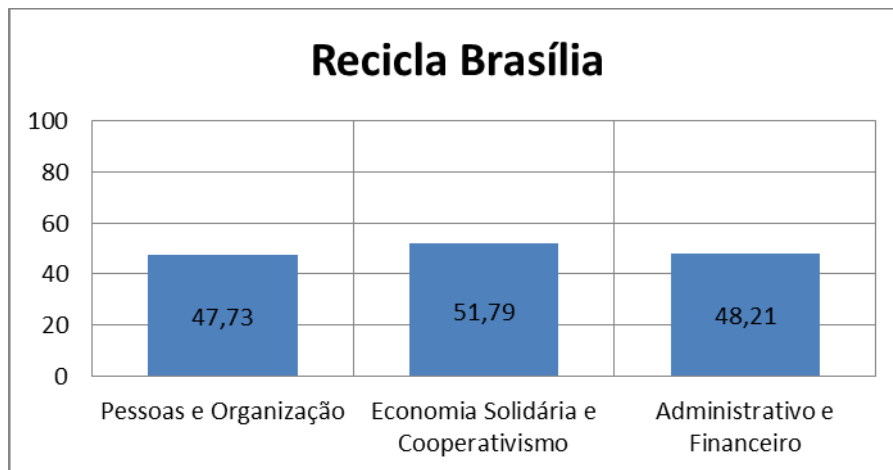
Recicla Brasília ganha uma tenda para proteger os catadores do sol e da chuva, além de um contêiner escritório, que passa a ser utilizado como escritório da associação e propicia os trabalhos administrativos. Além do TCR, a Recicla Brasília é contemplada com um projeto da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), que proporciona um caminhão ao empreendimento.

Ainda em 2011, ocorre a primeira troca de presidência da Recicla Brasília, e o presidente eleito permanece em exercício até os dias atuais.

6.4.2. RADAR Inicial na Recicla Brasília

Após a realização do questionário RADAR na Recicla Brasília e tabulação dos dados, conforme o Gráfico 4 abaixo, pode-se observar que a Recicla Brasília está com sua pontuação bem distribuída e nenhum eixo se sobressai ao outro. Sendo assim, o monitoramento continuou ocorrendo e a preparação das atividades que seriam trabalhadas no empreendimento foi para todos os eixos.

Gráfico 4 - Diagnóstico RADAR inicial na Recicla Brasília.



Fonte: Dados da pesquisa

6.4.3. Pessoas e Organização

Na Recicla Brasília as atividades são bem divididas e os membros sabem suas funções, porém isso funciona somente no trabalho de separação dos resíduos. Nas atividades da diretoria e do conselho fiscal, as atividades não são bem executadas.

A união não se destaca no empreendimento, tendo ocorrido alguns desentendimentos de membros. Contudo, essa situação já foi contornada e hoje ocorre bastante respeito mútuo nas relações entre os associados. Na Recicla Brasília, a produção ocorre por grupo, onde cada grupo está localizado em um local do empreendimento. Esse arranjo causa uma falta de coletividade geral na associação gerando a individualidade e rixas dos grupos. Normalmente os associados se relacionam somente com o seu grupo.

A associação se reúne mensalmente em assembleias, para deliberarem assuntos mais do dia a dia, e extraordinariamente para assuntos urgentes. Nem sempre é feita uma ata das assembleias e a tomada de decisão é conjunta, de forma que prevaleça a opinião da maioria. Em relação à avaliação interna e pessoal dos membros, a cooperativa não apresenta nenhum registro.

A Recicla Brasília está localizada em uma Usina do SLU, porém as condições de trabalho são precárias. O grupo trabalha a céu aberto e não possui equipamentos suficientes para o trabalho de reciclagem.

Com o advento de projeto Território, Cidadania e Reciclagem, o grupo recebeu uma tenda e um contêiner escritório, melhorando as condições de trabalho, sendo que antes, em época de chuva, os trabalhadores tinham que triar o material ao relento, pegando chuva.

Em relação ao processo produtivo, o grupo tem boa capacidade produtiva, porém os associados dizem que alguns recebem mais material que o outro, por que a divisão dos subgrupos que são formados é desigual. Entretanto durante a aplicação do diagnóstico, pode-se perceber que essa mentalidade está mudando pelo fato de estar ocorrendo um novo arranjo no modo como esses subgrupos são formados, devido as constantes reclamações que aconteciam.

6.4.4. Aspectos da Economia Solidária

Apesar de serem uma associação e terem o objetivo de se transformarem em cooperativa, os associados da Recicla Brasília possuem pouco conhecimento sobre o tema Economia Solidária e Cooperativismo, porém foi observada a manifestação do interesse ao aprofundamento do tema.

Em relação às características de empreendimentos da economia solidária, a Recicla Brasília não apresenta aspectos ligados à coletividade no desempenho das atividades. O conselho fiscal existe, porém não se reúne e não atua. Não foi possível encontrar dois conselheiros fiscais que já haviam se desligado do empreendimento e não houve a substituição dos mesmos, sendo assim, o conselho fiscal não realiza o seu principal objetivo, que é fiscalizar a prestação de contas do empreendimento.

As atribuições da diretoria se concentram apenas no presidente e no secretário, que resolvem tudo dentro do empreendimento.

Percebe-se, na Recicla Brasília, uma evolução no que tange a autogestão e democracia. Durante a antiga gestão, os cooperados relataram a centralização das decisões por parte do antigo presidente, o qual se autoneomeou ao cargo e não abria a mão de sua posição.

Com a troca de gestão, a Recicla Brasília tornou-se mais preocupada em manter as instâncias democráticas do empreendimento em funcionamento. As assembleias gerais são realizadas periodicamente e contam com a presença dos cooperados. As decisões tomadas pela maioria em assembleias ou reuniões são respeitadas.

6.4.5. Planejamento e Controle Financeiro

Com a má gestão que ocorreu nos primeiros anos de funcionamento, a Recicla Brasília passou por diversas dificuldades administrativas financeiras, porém na última troca de gestão, a associação começou a tomar novos rumos e melhorou consideravelmente sua capacidade administrativa e financeira.

Uma dificuldade que o empreendimento enfrenta é em relação ao tesoureiro não possuir conhecimentos em relação a assuntos financeiros. Posteriormente foi constatado que ele mal saber ler e escrever. Esse problema é sintomático por retratar a inexperiência dos catadores na formação de um empreendimento de economia solidária. Sendo assim, o presidente tomou a frente e começou a elaborar alguns controles e fazer um planejamento financeiro da Recicla Brasília. Os controles utilizados podem ser atualizados e melhorados, porém se observa a organização do presidente na construção e alimentação dos mesmos.

Com o contêiner escritório recebido pelo Projeto Território da Cidadania e Reciclagem (TCR), os controles financeiros se encontram sempre na associação, podendo ser consultado por qualquer associado a qualquer hora.

6.5. RECICLO – Cooperativa de Coleta Seletiva de Materiais Recicláveis e Resíduos Sólidos do DF

6.5.1. Breve histórico

A história do empreendimento começou em uma invasão no Pistão Sul, na cidade satélite de Taguatinga no ano de 2000. As cooperadas relataram que a família da atual presidente, foi uma das primeiras a chegar ao local. Nessa época essas famílias vendiam vasos de gesso que confeccionavam para se sustentar, pois no local onde elas moravam, Santo Antônio do Descoberto – GO. Embora eles tivessem suas casas próprias, não possuíam renda. Sendo assim, as famílias vinham para Taguatinga, às vezes dormiam nos barracos já estabelecidos na invasão, mas ainda mantinham suas casas em Goiás.

Em 2002, algumas famílias passam a se instalar definitivamente na invasão e começam a trabalhar com a coleta e triagem de material reciclável. Entretanto, ainda não eram um grupo coeso e vendiam seu material de maneira individual.

No ano de 2003, uma pastoral da igreja católica chamada Nossa Senhora Auxiliadora começa a desenvolver “trabalhos de rua” com o grupo, organizando a distribuição de café da manhã e de mantimentos para as famílias entre outros trabalhos de caridade. Por coincidência, ou de maneira proposital, uma das pessoas que fazia parte da pastoral era professora de algumas crianças da invasão que estudavam em uma escola pública próxima à invasão.

Aline, a associada que fez parte do relato deste histórico, lembra com gratidão da professora, pois ela relata que na escola as crianças da invasão eram olhadas com certa discriminação pelos outros alunos. Aline cita que esta professora organizou até uma festa de quinze anos para ela na escola.

A pastoral Nossa Senhora Auxiliadora passa a desenvolver um trabalho social com o grupo, ou seja, começa a organizar atividades de cunho mais político com as famílias. Nesse sentido, a pastoral articula um contato com a Cáritas, que atuou ajudando o grupo através de capacitações unindo as famílias em torno de uma proposta cooperativista de organização. Através dessas capacitações o grupo começa a caminhar para a sua regularização, a ampliação de parcerias e captação de projetos.

No ano de 2005 a Caixa Econômica Federal estabelece contato com o grupo e ajuda as famílias com doações de alimentos e a realização de alguns projetos. Entre eles as famílias citam um projeto, no qual os adolescentes do grupo eram contratados como menores aprendizes para estagiarem nas agências da Caixa.

No dia 11 de abril de 2006 é realizada a assembleia de constituição da cooperativa. Na mesma época o número de famílias na invasão começa a aumentar em virtude da expectativa que a regularização do grupo gerou, pois as pessoas acreditavam que seriam beneficiadas com uma casa.

As famílias tinham o costume de ter seus barracos derrubados frequentemente pela polícia, entretanto não esperavam que o Batalhão de Operações Especiais (BOPE) fosse agir de maneira tão violenta, como procederam na derrubada dos barracos neste ano. Todas as suas roupas e alimentos foram soterrados pela ação dos policiais, lonas foram rasgadas, nem mesmo animais domésticos que estavam nos barracos sobreviveram, pois, segundo os relatos, até cachorros foram soterrados.

O ano de 2007 é marcado por muitas conquistas e o grupo começa a ganhar mais estabilidade, pois a repercussão que o incidente com o BOPE causou e as articulações que os catadores já vinham estabelecendo com a Caixa Econômica Federal em momentos anteriores, garantiu a proibição da derrubada dos barracos. Ao mesmo tempo a Caixa Econômica começa a realizar um cadastro para que as famílias da invasão que faziam parte da cooperativa pudessem ganhar uma casa.

A cooperativa também estabelece parceria com a Universidade Católica de Brasília – UCB na qual a instituição fornece cursos de fotografia, confecção de blog, artesanato, entre outros cursos de capacitação profissional.

Até essa época a coleta era realizada com carroças nas ruas, mas neste ano o grupo consegue estabelecer um acordo com um atravessador, Paulo, no qual ele empresta seu caminhão para que o grupo realize a coleta do material.

Em 2008 a cooperativa ganha um triciclo da Centcoop e potencializa sua coleta, pois já estava realizando o trabalho com o caminhão do Paulo. No mesmo ano a Caixa Econômica começa a construção de 54 casas no Riacho Fundo II, além de organizar junto a Universidade Católica uma Ação Global para o grupo de pessoas da invasão. O grupo também ganha um caminhão da caixa Econômica.

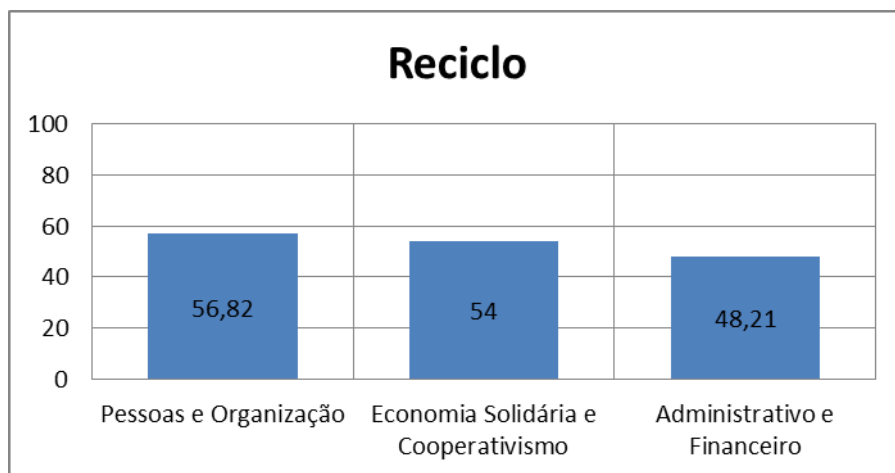
Em 4 de setembro de 2009 as casas foram entregues e, como o grupo ainda não possuía um galpão para processar a triagem do material, eles realizavam esta atividade em um terreno a céu aberto perto das suas casas. Entretanto, os moradores da vizinhança começam a reclamar e a necessidade de obter um espaço apropriado para tal atividade se faz cada vez mais necessária.

No ano de 2010, o grupo estabelece parceria com a ESQUEL e conseguem se estabelecer em um local apropriado para a triagem do material, o atual galpão que o Reciclo ocupa na Samambaia. Com execução da ESQUEL, em 2011, o projeto Catação capacita 14 adolescentes da cooperativa.

Já em 2011, com o advento do projeto executado pelo Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da UnB, Território da Cidadania e Reciclagem (TCR), a Reciclo ganha uma tenda para proteger os catadores do sol e da chuva, além de um contêiner escritório, que passa a ser utilizado como escritório da cooperativa e a propiciar os trabalhos administrativos.

6.5.2. RADAR Inicial na Reciclo

Conforme o Gráfico 5, o RADAR na cooperativa foi bem distribuído entre os eixos, sendo o Administrativo e Financeiro com pontuação menor que os outros eixos. Com base nesse resultado, as atividades foram planejadas para que houvesse melhorias no empreendimento.

Gráfico 5 - Diagnóstico RADAR inicial na Reciclo.

Fonte: Dados da pesquisa

6.5.3. Pessoas e Organização

O grupo apresenta coesão, apesar das dificuldades de comunicações identificadas. As pessoas possuem uma história de luta conjunta para a conquista do espaço no qual hoje residem, o que permite uma afinidade entre esses catadores, possível fator facilitador para uma conscientização nos princípios e valores cooperativistas.

O grupo possui grande potencial de integração, sendo possível notar a presença de pessoas com habilidade para desenvolver de maneira eficiente os trabalhos relacionados à gestão do empreendimento, tais como as atividades de diretoria e do conselho fiscal. No entanto, a cooperativa apresenta grandes problemas nas áreas relacionadas a planejamento e execução de tarefas em longo prazo. Além de não haver a preocupação por parte dos cooperados de fazer com que seu produto seja um diferencial.

Todo o processo produtivo, na Reciclo, é realizado individualmente ou em pequenos grupos. Normalmente esses grupos são formados por homens e mulheres que se dividem entre o trabalho de catação e o trabalho de triagem. Usualmente, as mulheres ficam na triagem e os homens vão as ruas coletar o material reciclável, mas, quando necessário, as mulheres também saem às ruas para a catação.

Após a venda dos materiais triados pelo grupo, o dinheiro é repartido entre os participantes desse grupo. Dessa forma, a maior parte do trabalho não é feito individualmente e sim feita com um misto de trabalho coletivo com o trabalho individualizado.

Em relação ao processo produtivo, o grupo tem uma boa capacidade produtiva, entretanto, como, segundo os cooperados, a quantidade de material que chega ao galpão para ser separada é pequena para a quantidade de pessoas que trabalham, os rendimentos acabam não sendo muito altos. O grupo faz apenas coleta própria, ou seja, através do caminhão que pertence a RECICLO eles coletam material em determinados órgãos e mercados com os quais eles possuem acordo.

Em relação à qualidade dos materiais comercializados, esta é boa. O material é separado, seco e limpo, mas não é prensado, pela falta de condições materiais, algo que poderia agregar mais valor ao produto final.

6.5.4. Aspectos da Economia Solidária

Em relação aos aspectos de economia solidária latente no empreendimento, a Reciclo destaca-se pela consciência cooperativista. O grupo possui pouco conhecimento sobre cooperativismo, mas percebe-se o destaque em relação a outras cooperativas, talvez isso esteja atrelado ao fato de todos na cooperativa se conhecerem e muitos serem da mesma família.

A Reciclo possui um estatuto atualizado e está interessada na constituição de um Regimento Interno. A presença nas assembleias é assídua e todos participam da tomada de decisão, sempre respeitada.

O conselho fiscal existe por pura formalidade, pois não há reuniões regulares. Houve relatos de que eles nunca se reuniram para realizar o trabalho que o conselho fiscal normalmente realiza.

Em relação à autogestão, a Reciclo convive com a informalidade da maioria das instâncias decisórias e com pouca utilidade do conselho fiscal e da diretoria. A presidência, a diretoria e os conselhos são escolhidos através de assembleias gerais. Semanalmente e quando necessário são convocadas reuniões para repassarem informações e decidirem questões

importantes referentes à cooperativa. Essas reuniões contam com a presença de praticamente todos os cooperados, que têm amplo espaço para se manifestar e defender suas ideias. As decisões tomadas nessas reuniões são respeitadas e seguidas pela liderança.

6.5.5. Planejamento e Controle Financeiro

Em março de 2012, a cooperativa Reciclo em parceria com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Fundação Getúlio Vargas (ITCP-FGV) e a empresa Cicla Brasil, elaborou seu Plano de Negócios. De acordo com o Sumário Executivo, o Plano de Negócios reúne as principais informações para a expansão das atividades de coleta seletiva realizada pela Reciclo. Além disso, com a implementação do Plano de Negócios, será possível aumentar cerca de 300% da renda gerada pela cooperativa sem a necessidade de grandes investimentos (Plano de Negócios Inclusivos Cooperativa de Catadores Reciclo – DF, 2012).

Até o momento desta pesquisa, mesmo havendo o Plano de Negócios, não há, na Reciclo, qualquer tipo de planejamento das atividades ou controle de fluxo de caixa. Também não há nenhum fundo da cooperativa para eventuais gastos administrativos e de manutenção.

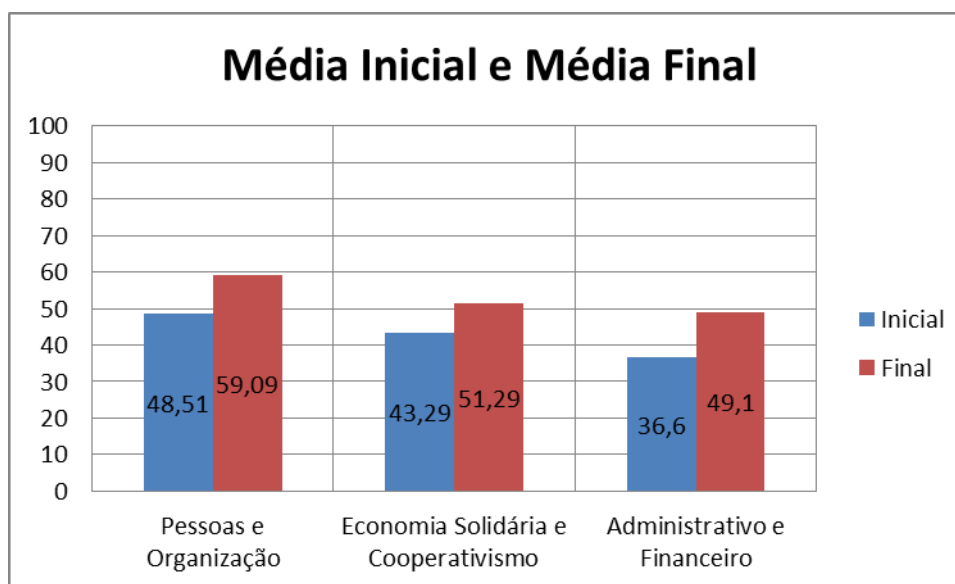
7. ANÁLISE DO DIAGNÓSTICO FINAL

Após a realização das capacitações e da inserção das capacitações dentro dos empreendimentos, foi realizada uma nova aplicação do questionário RADAR com adaptações, do mesmo modo como foi feito no diagnóstico inicial das cooperativas, que foi chamado de diagnóstico final, a fim de mostrar se houve mudanças significativas nos empreendimentos em relação aos três eixos abordados durante os cursos.

De acordo com o gráfico 6, na média geral dos quatro empreendimentos econômicos solidários analisados, é possível observar que houve uma melhora em todos os eixos. Inicialmente, no diagnóstico inicial, o eixo Pessoas e Organização teve 48,51 pontos, enquanto no diagnóstico final, esse eixo registrou 59,09, tendo um aumento de 20%.

Seguindo o mesmo raciocínio, o eixo de Economia Solidária e Cooperativismo que inicialmente possuía 43,29 pontos, elevou-se em 18,48%, subindo a 51,29. Já o eixo Administrativo Financeiro que estava na faixa de 36,6, obteve o maior aumento, de 34,15% elevando-se a 49,1 pontos.

Gráfico 6 – Média do diagnóstico RADAR final dos quatro empreendimentos.

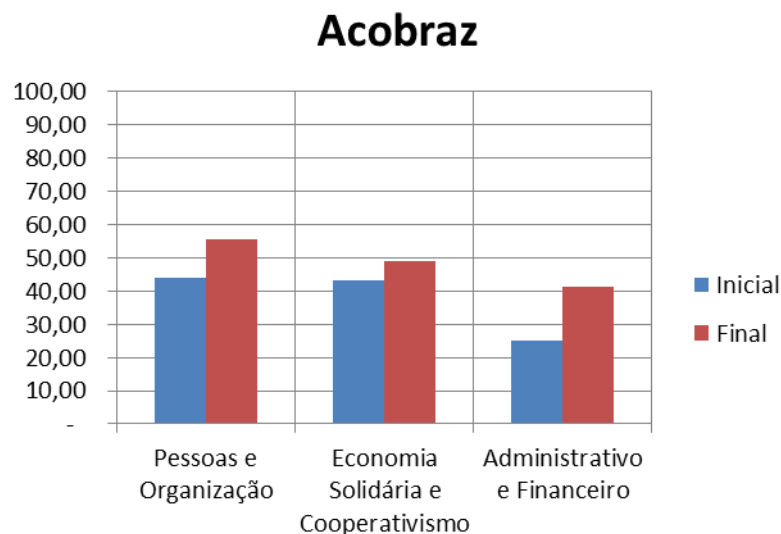


Fonte: Dados da pesquisa

A seguir, analisou-se a diferença do diagnóstico inicial ao diagnóstico final em cada empreendimento que fez parte desta pesquisa.

7.1. Acobraz

Realizando a comparação do diagnóstico inicial, que foi realizado antes das capacitações, e o diagnóstico final, após as capacitações, observa-se de acordo com o Gráfico 7, o crescimento de 26,4% no eixo Pessoas e Organização na Acobraz, que tinha 44,05 pontos inicialmente e passou a ter 55,68 nesse eixo. Esse aumento ocorreu, pois os membros do empreendimento se mostraram mais interessados em informações internas após o desenvolvimento do curso, além da maior divisão de tarefas no empreendimento, onde o secretário já estaria apto a desenvolver sua função, assim como o tesoureiro. Nota-se que a capacitação desenvolveu mais interesse no grupo.

Gráfico 7 – Diagnóstico RADAR inicial e final na Acobraz.

Fonte: Dados da pesquisa

Em relação ao eixo de Economia Solidária e Cooperativismo, observa-se um pequeno aumento de 43,27 pontos do diagnóstico inicial para 49,07 no diagnóstico final, contabilizando 13,40% de aumento. Essa crescente se justifica pela mudança na realização de assembleias, que passaram a ser mais constantes, também a ocorrência de mais membros presentes aos encontros, e a tomada de decisão que passa a ser mais participativa.

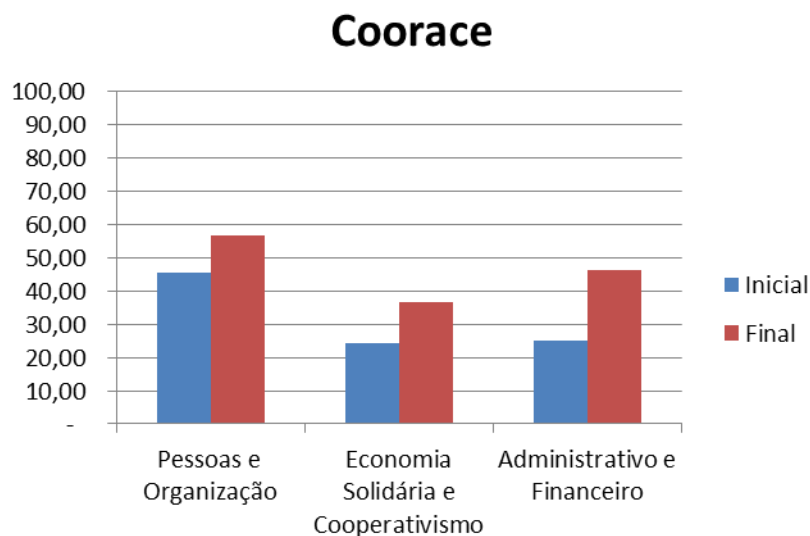
Por fim, o eixo Administrativo e Financeiro, responsável pelo maior aumento do diagnóstico inicial, 25,00 pontos, ao diagnóstico final, 48,61 pontos, totalizando uma variação de 64,28%. Muito dessa ampliação é resultado da inserção de controles administrativo e financeiros no empreendimento. Antes das capacitações, os controles eram poucos e malfeitos, as capacitações de secretaria e tesouraria proporcionaram aos membros o aprendizado em fazer tais controles financeiros e administrativos. A secretária da Acobraz juntamente com o presidente já consegue realizar um planejamento de atividades, assim como registram todas as atas de reuniões. Enquanto a tesoureira já cuida de toda a parte financeira de modo mais eficiente.

7.2. Coorace

Como na Acobraz, a cooperativa Coorace também apresentou crescimento em todos os três eixos analisados. A média dos três eixos no diagnóstico inicial era de 31,52 pontos, após a realização das entrevistas, essa média subiu a 46,62 pontos, indicando um crescimento de 47,91%.

De acordo com o Gráfico 8, o eixo Pessoas e Organização variou 25,02%, subindo de 45,45 pontos a 56,82 pontos na metodologia RADAR com adaptações. Percebeu-se o aumento nesse eixo em algumas questões da entrevista, como a divisão de tarefas no empreendimento, aumentada consideravelmente, também houve aumento no nível de comunicação interna, passando a ser mais clara e envolvendo todos os agentes. Os cooperados cientes da importância do processo de tomada de decisão, passaram a serem mais assíduos nas assembleias e a participarem dessa importante instância decisória.

Ainda de acordo com o Gráfico 8, observa-se o aumento de 51,85% no eixo de Economia Solidária e Cooperativismo, passando de 24,11 pontos para 36,61. Aumento explicado pela maior presença dos cooperados às assembleias, a maior participação da diretoria em suas reuniões e principalmente na criação de um fundo de apoio interno para o caso de algum cooperado apresentar problemas de saúde, familiar, financeiro, entre outros. O cooperado recebe um suporte do empreendimento para caso algo dessa esfera ocorra.

Gráfico 8 – Diagnóstico RADAR inicial e final na Coorace.

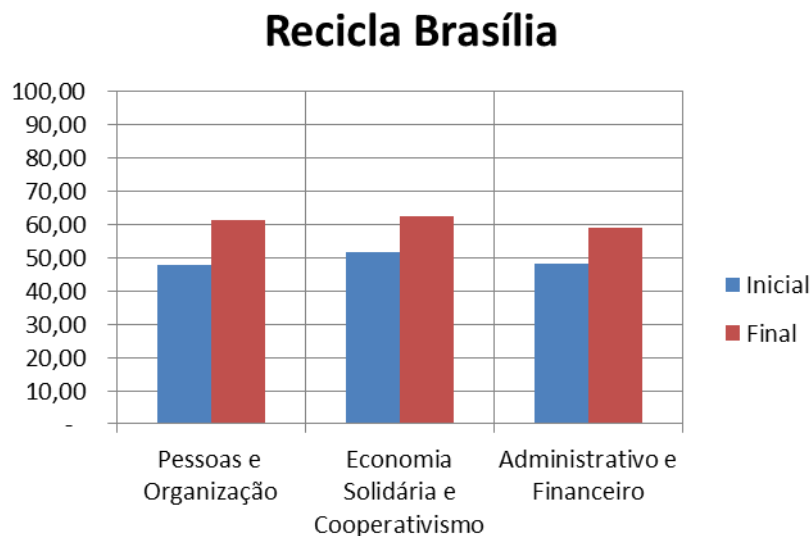
Fonte: Dados da pesquisa

A inserção de controles financeiros na Coorace, bem como um planejamento das atividades, o cumprimento dos planos, e o controle de fluxo de caixa, foram os grandes responsáveis pelo considerável aumento registrado na cooperativa no diagnóstico final, 46,43 pontos, em contraste com o diagnóstico inicial que havia registrado 25 pontos, gerando assim um aumento de 85,72%.

7.3. Recicla Brasília

O contraste identificado na comparação do diagnóstico inicial com o final na Recicla Brasília mostrou que houve aumento médio de 23,73% nos três eixos do RADAR.

O eixo Pessoas e Organização que contabilizou 47,73 pontos no diagnóstico inicial, agora contabilizam 61,36 pontos, um aumento de 28,56%, como consta no Gráfico 9. Essa crescente ocorreu pela capacitação ter espalhado diversos conhecimentos aos membros do empreendimento. Após as capacitações, os cooperados estão com mais clareza nas suas atribuições dentro do empreendimento, além de saberem o que os outros membros precisam realizar. O grupo aprendeu a lidar com alguns conflitos que ocorriam internamente e percebem melhor suas falhas e seus acertos realizando avaliações internas frequentemente.

Gráfico 9 – Diagnóstico RADAR inicial e final na Recicla Brasília.

Fonte: Dados da pesquisa

O eixo de Economia Solidária e Cooperativismo teve uma variação de 20,68%, tendo aumentado de 51,79 para 62,5 pontos. Antes das capacitações, os membros do grupo não davam tanta importância às assembleias e reuniões, após saber como as assembleias se fazem essenciais, a frequência de realização das reuniões e o número de associados nessas assembleias subiram consideravelmente. A diretoria que antes praticamente não se reunia, percebeu a importância e também realizam reuniões com maior frequência. Foi identificado o conselho fiscal da cooperativa que também passou a assumir mais responsabilidades dentro do grupo.

Assim como em todos os empreendimentos, o Administrativo Financeiro da Recicla Brasília melhorou com o advento das capacitações. Os controles administrativos e financeiros foram aprendidos e o grupo passou a utilizá-los. O eixo teve uma melhora de 22,24%, passando de 48,21 para 58,93 pontos no RADAR.

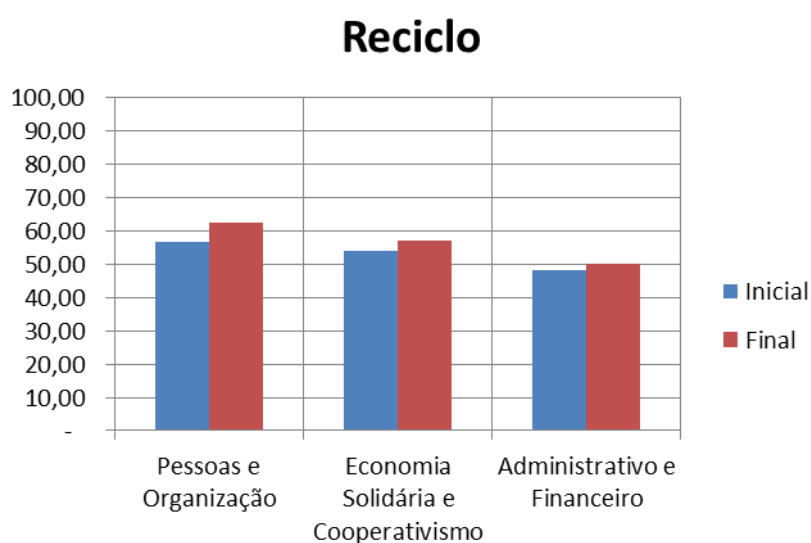
7.4. Reciclo

A cooperativa Reciclo obteve resultados menos expressivos de todos empreendimentos analisados. O resultado do diagnóstico mostrou que a Reciclo estava

melhor pontuada do que as demais, porém a variação vista no diagnóstico final foi de apenas 6,58%, aumentando sua média, de 53,01 para 56,50 pontos.

No eixo Pessoas e Organização, de acordo com o Gráfico 10, a variação foi de 10%, de 56,82 a 62,5 pontos. Aumento relacionado a melhor divisão de tarefas no empreendimento após o aprendizado nas capacitações, e também a clareza na atribuição dos membros.

Gráfico 10 – Diagnóstico RADAR inicial e final na Reciclo.



Fonte: Dados da pesquisa

Em relação à Economia Solidária e Cooperativismo, a Reciclo aumentou em 5,56% sua pontuação. O aspecto provocador desse pequeno aumento se deu pelo fato de a cooperativa ter realizado novas eleições durante o período entre o diagnóstico inicial e o diagnóstico final, e essas eleições terem sido mais transparentes e com uma maior alternância nos cargos de diretoria.

O eixo Administrativo Financeiro teve o menos aumento registrado entre todos os eixos analisados entre todos os empreendimentos, apenas de 3,71% variação, onde o diagnóstico inicial mostrava 48,21 pontos e o final 50.

8. ANÁLISE COMPARATIVA DAS CAPACITAÇÕES

De acordo com os dados coletados, situações descritas e o diagnóstico final, pode-se perceber a importância das capacitações dentro dos empreendimentos. Em cada cooperativa houve melhorias observadas a partir da realização do diagnóstico final, que apontou avanço em todas as esferas que os cursos atingiram.

Analisando-se a efetividade das capacitações dentro dos empreendimentos, observa-se no Gráfico 11 que o eixo Administrativo e Financeiro obteve o maior aumento em relação ao diagnóstico inicial com uma variação de 34,16%, passando de 36,61 para 49,11 pontos na média dos quatro empreendimentos, enquanto o eixo Pessoas e Organização e o de Economia Solidária e Cooperativismo obtiveram uma variação positiva de 21,8% e 18,48% respectivamente.

Gráfico 11 – Análise comparativa por curso.



Fonte: Dados da pesquisa

Em relação a crescente nos eixos, observa-se que o maior aumento no Administrativo e Financeiro se deu por este ser o eixo onde as perguntas estão relacionadas a assuntos mais técnicos dentro dos empreendimentos. As capacitações para tesouraria e secretaria beneficiaram esse eixo, onde os tesoureiros e secretários, realizando bem o seu trabalho aprendido nos cursos, fizeram com que esse eixo tenha esse aumento. Exatamente isso foi observado nos empreendimentos, a confecção de fluxos de caixa, o controle de contas a pagar

e a recebe, os planejamentos de metas e os diversos controles administrativos foram implementados pelos participantes das capacitações e responsáveis pela área nos empreendimentos.

Já o eixo de Economia Solidária e Cooperativismo, obteve um aumento de 18,48%, indo de 43,29 para 51,30 pontos na média dos quatro empreendimentos. Observa-se que o aumento não foi expressivo, muito em consequência das perguntas analisadas neste eixo no RADAR, tratam-se de perguntas relacionadas a termos mais subjetivos, onde foram apresentados nas capacitações marcos para maior cooperação no empreendimento, sendo que as cooperativas teriam, analisariam e realizariam a própria mudança, sem ajuda de atores externos. A atitude cooperativista está em cada pessoa, porém ela precisa perceber a necessidade para que essa atitude se aflore e traga melhores resultados para o grupo.

O eixo Pessoas e Organização obteve um bom crescimento de 48,51 pontos para 59,09, tendo uma variação de 21,8%. Contando que esse eixo era o de maior pontuação em relação aos outros, seu crescimento foi apropriado. O eixo Pessoas e Organização é uma mescla de perguntas relacionadas a termos técnicos com perguntas relacionadas a termos subjetivos do cooperativismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos maiores problemas mundial é a miséria, assim como o excesso de produção de lixo. A reciclagem surge como uma das possibilidades de um caminho alternativo ao combate desses dois grandes problemas. Catadores de lixo, historicamente, sempre foram marginalizados e com pouca autonomia, a constituição de um grupo entre esses atores nasce como uma possibilidade de melhores anseios. Surge, então, os empreendimentos de economia solidária entre catadores, que passam de catadores de lixo a catadores de materiais recicláveis, compondo-se em cooperativas e associações.

A partir da análise das informações provenientes da presente pesquisa, pode-se depreender que há um longo caminho a ser percorrido rumo a real constituição de uma

cooperativa de catadores de materiais recicláveis que contemple a inclusão dos catadores e a essência da economia solidária e da sustentabilidade desses empreendimentos. O trabalho demonstra a importância da assessoria a essas cooperativas em processos administrativo básicos a qualquer empreendimento.

A qualquer empreendimento que vem a ser constituído é indispensável um planejamento de suas atividades. Neste modo, as cooperativas de catadores também se encaixam nesse quesito. Observa-se na presente pesquisa, que as cooperativas de catadores não tiveram um planejamento inicial antes de sua constituição e tampouco após já estarem no mercado. Entidades de apoio a esse setor se mostram fundamentais para o sucesso dos empreendimentos de economia solidária.

A assessoria às cooperativas de catadores de materiais recicláveis mostra-se eficaz quando analisamos o realizado por essa pesquisa, onde os catadores foram treinados com capacitações para atuarem em seus empreendimentos a fim de melhorias. Aqui é apresentado que realmente ocorre a melhoria e enquanto os catadores não se tornam autônomos, os projetos de assessoria devem continuar.

As capacitações relacionadas a processos administrativos como tesouraria e secretaria se mostram com melhores resultados em relação a capacitações de economia solidária e cooperativismo, pelo fato de serem mais técnicas e operacionais. É preciso somente aprender para realizarem melhor o trabalho de tesoureiro e secretário, enquanto, em se tratando de economia solidária e cooperativismo, são necessárias algumas mudanças de paradigmas entre os catadores, pelo fato de tratarem algumas questões subjetivas da cooperação. Implementar um controle administrativo objetivo se mostrou mais fácil do que a implementação de características solidárias e cooperativistas.

Foi possível perceber, que o eixo que havia conseguido os melhores resultados não cresceu tanto, enquanto os de menores resultados cresceram consideravelmente. Isso sugere que esse tipo de capacitação realizada pelo projeto, busca a homogeneidade das características dos empreendimentos, onde que é preciso planejar novas capacitações buscando o crescimento considerável de todos os eixos.

As entidades de assessoria realizadoras dos cursos devem capacitar com objetivo de que as cooperativas se tornem autônomas de novas capacitações e que os processos se tornem

automáticos dentro dos empreendimentos. Dessa forma, caso haja a troca de diretoria ou de membros, eles automaticamente se capacitam dentro do empreendimento sem a necessidade de entidades de assessoria. Ao se capacitarem, os processos devem se tornar autogestionários, onde o empreendimento conseguirá internalizar a capacitação e o tornará parte fundamental de sua cooperativa.

Verificou-se que alguns cooperados ainda não entenderam a importância do trabalho de capacitação e do cooperativismo para sua própria emancipação e autonomia. Porém, grande parte já entendeu a relevância do trabalho e que só será possível a organização em sua cooperativa se todos participarem do processo. Para se conseguir a melhora na eficiência dos processos e um melhor ambiente de trabalho, o conceito de ações do cooperativismo precisa estar bem aceito pelos cooperados.

Nesse sentido, o principal papel das entidades de assessoria deve ser o de orientadora e preparadora para a autogestão e autonomia dos catadores, isso só será possível através da continuidade do trabalho de capacitação.

Torna-se imperioso que as esferas do governo tenham um olhar sobre a questão dos catadores de materiais recicláveis para capacitá-los tornando-os autônomos e livres do estigma de cidadãos marginalizados historicamente atrelado a sua imagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURAHILI, A. et al. **A reciclagem como fator de inclusão socioeconômica dos catadores de lixo no DF**. Seminário em Administração. Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Código Brasileiro de Ocupações**. CBO. TEM/SPPE. Brasília: 2002.

BRASIL. **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005**. Brasília: MTE, SENAES, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, MNCR, Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. **Caminhar é resistir e se unir é reciclar**. Brasília: 2007.

BURSZTYN, M. **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores** (2ª ed). Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

BULLA, L. C. **As múltiplas formas de exclusão social**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

COUTINHO, M. C., BEIRAS, A; PICININ, D; LUCKMANN, G. L. **Novos caminhos, cooperação e solidariedade: a Psicologia em empreendimentos solidários**. Psicologia & Sociedade, 17 (1), 17-28, jan-abr, 2005.

FBB, Fundação Banco do Brasil. **Objetivos do Milênio: contribuições para a transformação social**. 2009.

GUEDES, K. M. S. **Lixo e sustentabilidade: uma análise de reciclagem da cooperativa 100 dimensão**. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

GONÇALVES, R. S. **Catadores de materiais recicláveis: trajetória de vida, trabalho e saúde**. Dissertação de Mestrado, Fiocruz/ENSP, Rio de Janeiro, 2001.

GUIMARÃES, G. **Sindicalismo e Cooperativismo: A economia solidária em debate – transformações no mundo do trabalho** (p.7 a 18). São Paulo: Unitrabalho; Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2005.

KEMP, V. H. **Políticas públicas em saúde e trabalho: a reconstrução da solidariedade e do laço social**. Belo Horizonte: Fundacentro/Universidade Federal de São João Del Rei, 2003.

MAGERA, M. **Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade: análise interdisciplinar das cooperativas de reciclagem de lixo**. Campinas, São Paulo: Editora Átomo, 2003.

MATOS, T. G. R.; MAIA, L. M.; MACIEL, R. H. **Catadores de Material Reciclável e Identidade Social: Uma Visão a Partir da Pertença Grupal**. *Interação Psicol.*, Curitiba, v. 16, n. 2, p. 239-247, jul./dez. 2012.

MEDEIROS, L. F. R., & MACEDO, K. B. (2006). **Catador de material reciclável: Uma profissão para além da sobrevivência?** *Psicologia & Sociedade*, 18, 62-71.

MELO Filho, B. de. **O Valor Econômico e Social do Lixo de Brasília**. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2002.

NASCIMENTO, E. P. **Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

NUNES, C. G. F. Os elos horizontais da economia solidária. In: MARTINS, P. H. & NUNES, B. F. (orgs.). **A nova ordem social: Perspectivas de uma solidariedade contemporânea**. Brasília: Paralelo 15, 2004.

NOVACAP. **Serviço de Ajardinamento e Limpeza Urbana de Brasília**. Brasília, 2009.

PEREIRA, M. C. G.; TEIXEIRA, M. A. C. **A inclusão de catadores em programas de coleta seletiva: da agenda local à nacional**. *Cad. EBAPE.BR*, v. 9, n° 3, artigo 10, Rio de Janeiro, Set. 2011.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Tradução Fanny Wrobel. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SILVA, P. H. I. **Análise das relações recíprocitárias em cooperativas de catadores de Brasília**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SINGER, P. I. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. **Economia solidária: um modo de produção e distribuição**. São Paulo: (2ª edição). Contexto, 2003.

SOUSA, C. M. **A dinâmica prazer-sofrimento na ocupação de Catadores de Material Reciclável Estudo com duas cooperativas no DF**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

STREIT, Jorge. **Análise de três Empreendimentos Econômicos Solidários do setor da reciclagem no Distrito Federal: Referências para atuação das organizações de apoio**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de Brasília, 2006.

TORRES, H. R. **As Cooperativas de Catadores de Material Reciclável Como Instrumento de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos Urbanos: O Caso da 100 Dimensão em Brasília**. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2008.

VELLOSO, M. P. **Os catadores de lixo e o processo de emancipação social**. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10 (sup): 49-61, Rio de Janeiro, 2005.

ANEXOS

ANEXO A – RADAR COM ADAPTAÇÕES



Incubadora Social e Solidária



RADAR

Programa de Monitoramento, Acompanhamento e Orientação

Empreendimento:			
CNPJ:		Insc. Est.	
Endereço:			Número
Bairro:		Cidade	
CEP:		Email:	
Ponto de Ref.		Representante	
Telefone:		Nº de membros	
Pesquisadores Responsáveis:			

Observações Gerais:

EMPREENDEDOR

PESSOA E ORGANIZAÇÃO

Autonomia

01 – Os membros têm iniciativa de buscar informações de acordo com os interesses do empreendimento? (0) Não, nunca se preocupam em buscar informações novas.

(1) Sim, mas se limitam a perguntar aos técnicos.

(2) Sim, buscam fontes diversas, mas na maioria das vezes se limitam aos técnicos da Incubadora.

(3) Sim, com frequência buscam informações em fontes diversas (nos meios de comunicação, com especialistas, com colegas, com outros empreendimentos e através dos próprios clientes).

(4) Sim, além de buscar informações nos meios de comunicação, com especialistas, com colegas, com outros empreendimentos e através dos próprios clientes, trazem novidades à incubadora.

02 – Os membros têm iniciativa de buscar novos parceiros?

(0) Não, não procuram entidades de apoio e se recusam a estabelecer relações de troca com outros empreendimentos.

(1)

(2) Parcialmente, chegam a procurar outras entidades de apoio, mas não se preocupam em estabelecer trocas com outros empreendimentos.

(3)

(4) Sim, procuram outras entidades de apoio e realizam constantes trocas com outros empreendimentos.

03 – Como se estabelece a relação de demandas e implementação de ações entre a incubadora e o empreendimento?

(0) A postura do empreendimento é de pedir incessantemente que a Incubadora resolva seus problemas de toda natureza sem querer se implicar nessa solução (sangue suga).

(1)

(2) O empreendimento busca, com frequência, soluções técnicas para seus próprios problemas, mas não se esforça em implementar as ações necessárias de maneira a oferecer um retorno para a Incubadora e para o próprio empreendimento.

(3)

(4) As demandas do empreendimento vêm no sentido do auxílio técnico para resolver problemas ou incrementar ações estratégicas que o empreendimento se empenha em efetivar.

Comprometimento

01 – Os membros dividem as tarefas do empreendimento?

- (0) Somente a liderança se empenha para realizar as atividades.
- (1) A diretoria se empenha em realizar as atividades.
- (2) Há um núcleo de membros do empreendimento (cerca de 30%) que dividem as atividades na medida em que há demandas.
- (3) Os membros (mais de 50%) dividem as tarefas entre si na medida em que há demandas de tarefas.
- (4) Há divisão de tarefas e funções definidas entre todos os membros de maneira consensual e previamente organizada.

02 – Existe clareza das atribuições entre os membros do empreendimento?

- (0) Não, os membros não sabem identificar suas atribuições
- (1)
- (2) Os membros sabem falar quais são suas atribuições, mas na hora da ação as divisões nunca são seguidas.
- (3)
- (4) Sim, os membros sabem quais são suas atribuições e diante de uma nova tarefa imediatamente sabem identificar quem é o responsável por cada etapa.

03 – Os membros se empenham em realizar as tarefas do empreendimento com qualidade?

- (0) Nunca.
- (1) Poucas vezes.
- (2) Algumas vezes.
- (3) Muitas vezes.
- (4) Sempre.

04 – Os membros demonstram ter afeto direcionado ao empreendimento (orgulho, preocupação com o futuro, apego)?

- (0) Nunca
- (1) Em poucas situações
- (2) Parcialmente
- (3) Em muitas situações
- (4) Sempre

05 – Os membros se identificam com o empreendimento (valores, propostas)?

- (0) Não

- (1) Pouco
- (2) Razoavelmente
- (3) Consideravelmente
- (4) Muito

Coesão e Amadurecimento Grupal

01 – Há respeito nas relações interpessoais dentro do grupo?

- (0) Não, as pessoas frequentemente se desrespeitam, chegando a prejudicar intencionalmente umas as outras.
- (1) As faltas de respeito existentes são devidas aos conflitos, mas não há iniciativas de prejudicar intencionalmente uns aos outros.
- (2) De maneira geral há respeito, mas as faltas de respeito não chegam a ser incomuns.
- (3) Há respeito entre a maioria dos membros, mas há alguns que não são devidamente respeitados.
- (4) Sim, há muito respeito nas relações entre todos.

02 – Há reconhecimento do trabalho realizado por cada membro?

- (0) Quase nunca.
- (1) Poucas vezes.
- (2) Às vezes sim, às vezes não.
- (3) Muitas vezes.
- (4) Quase sempre.

03 – Como o grupo lida com a diversidade?

- (0) As pessoas que não se encaixam nos padrões não são aceitas.
- (1)
- (2) As pessoas são aceitas, mas suas diversidades não.
- (3)
- (4) As pessoas e as diversidades são aceitas e acolhidas.

04 – O grupo compreende e valoriza o trabalho coletivo?

- (0) Nunca.
- (1) Poucas vezes.
- (2) Às vezes sim, às vezes não.
- (3) Muitas vezes.

(4) Sempre.

05 – As relações no grupo são cooperativas?

(0) Nunca

(1) Poucas vezes

(2) Às vezes sim, às vezes não

(3) Muitas vezes

(4) Sempre

06–A comunicação no empreendimento é fluida?

(0) As pessoas não conhecem as informações e desconfiam umas das outras.

(1) A comunicação tem muitos ruídos e é comum a existência de fofoca em decorrência disso.

(2) Não há mecanismos formais para garantir a fluidez da comunicação, mas as pessoas têm liberdade e confiança para esclarecer dúvidas a todo momento.

(3) Há poucos mecanismos formais para garantir a fluidez da comunicação, mas as pessoas têm liberdade e confiança para esclarecer dúvidas a todo momento.

(4) Há muitos mecanismos formais para garantir a clareza de informação e diante de dúvidas as pessoas têm liberdade para esclarecerem entre si.

07 – Como o grupo lida com conflitos?

(0) Os conflitos costumam causar rupturas.

(1)

(2) O grupo evita entrar em contato com os conflitos, mantendo-os latentes.

(3)

(4) Os conflitos são encarados e sua resolução leva ao amadurecimento do grupo e das relações.

08 – Com que frequência são realizadas as avaliações das ações do empreendimento?

(0) Não há avaliações.

(1) Anualmente.

(2) Semestralmente

(3) Bimestralmente

(4) Mensalmente ou com maior frequência.

09 – Quantas pessoas participam das avaliações das ações do grupo?

(0) Apenas as lideranças avaliam.

(1) Até 25%

(2) Até 50%

(3) Até 75%

(4) Acima de 90%

10 – Como é a tomada de decisões?

(0) A liderança toma as decisões e as executa sozinha. O grupo fica sabendo apenas após a tarefa já ter sido realizada.

(1)

(2) A liderança toma as decisões e conta com os outros associados apenas para a execução.

(3)

(4) As decisões são tomadas coletivamente e todos participam na execução das tarefas, sendo o papel da liderança o de referência para o grupo.

11 – Como é a relação com a liderança?

(0) Vertical e autoritária.

(1)

(2) Não é autoritária, contudo por diversas razões as pessoas raramente se contrapõem à liderança mesmo quando acham que algum aspecto seria melhor de outra maneira.

(3)

(4) Solidária e colaborativa.

Responsabilização

01 – Os membros compreendem que o sucesso ou fracasso do empreendimento é resultado de suas ações?

(0) Nunca

(1) Poucas vezes

(2) Às vezes.

(3) Muitas vezes

(4) Sempre

02 – Os membros sabem reconhecer onde estão suas falhas e seus acertos a partir das avaliações que realizam?

(0) Não, sabem que algo foi mal, mas não conseguem identificar o que.

(1)

(2) Parcialmente, conseguem identificar onde esteve o erro ou acerto, mas não conseguem pensar medidas efetivas para saná-lo ou difundi-lo, respectivamente.

(3)

(4) Sim, conseguem perceber onde esteve o erro ou acerto e quais as medidas que precisam tomar para evitá-lo ou repetí-lo, respectivamente, da próxima vez.

03 – Os membros se esforçam para realizar mudanças pessoais e grupais a partir das experiências anteriores?

(0) Nunca

(1) Poucas Vezes

(2) Às vezes.

(3) Muitas vezes

(4) Sempre

EMPREENDEDOR

ECONOMIA SOLIDÁRIA E COOPERATIVISMO

Tempo de existência do empreendimento:

Número de pessoas que compõem o empreendimento:

01- O empreendimento está legalizado?

(0) Não

(1)

(2) Está em busca de legalização

(3)

(4) Sim

Se não, considera importante o empreendimento se legalizar?

Se não, sabem a diferença entre associação e cooperativa?

02 - Como é realizada a escolha do coordenador/presidente?

(0) Por imposição de uma ou mais pessoas

(1)

(2) Naturalmente (quem formou o grupo, quem tem mais escolaridade, quem corre atrás das coisas é o escolhido/a).

(3)

(4) Através de consenso ou votação, em Assembléia.

03 - Com que frequência são realizadas as Assembléias Gerais?

(0) Nunca

(1) Somente para mudança da diretoria

(2)

(3) Anualmente

(4) Semestralmente

04 - Qual a porcentagem de participação dos integrantes dos empreendimentos nas Assembléias Gerais?

(0) Até 10%

(1) De 11% a 30%

(2) De 31% a 50%

(3) De 51% a 75%

(4) De 76% a 100%

05 - Qual a porcentagem de alternância dos integrantes dos empreendimentos na direção (última eleição)?: (1/3 é o mínimo exigido em lei)

(0) Não houve modificação

(1)

(2) Até 1/4 dos associados

(3)

(4) Mínimo de 1/3 dos associados

06 - Qual a periodicidade das reuniões da Diretoria?

(0) Raramente

(1) Trimestralmente

(2) Bimestralmente

(3) Mensalmente

(4) Quinzenalmente

07 - Qual a frequência de participação nas reuniões dos membros da diretoria?

- (0) Até 10%
- (1) De 11% a 30%
- (2) De 31% a 50%
- (3) De 51% a 75%
- (4) De 76% a 100%

08 – O empreendimento possui Estatuto?

- (0) Não
- (1)
- (2) Em construção
- (3)
- (4) Sim

Se sim, todos os sócios conhecem o conteúdo do Estatuto?

Cada sócio recebeu uma cópia?

Existe algum controle de entrega do Estatuto para o associado?

09 - O empreendimento possui Regimento Interno?

- (0) Não
- (1)
- (2) Em construção
- (3)
- (4) Sim

Se sim , todos os sócios conhecem o conteúdo do Regimento Interno?

Os sócios participaram da construção do Regimento Interno?

Cada sócio recebeu uma cópia?

Existe algum controle de entrega do Regimento Interno para o associado?

10 - Com que frequência são realizadas reuniões para discutir decisões relevantes? (não precisam ser reuniões gerais, mas de grupos de trabalho)

- (0) Não realizam
- (1) Realizam, mas sem periodicidade.
- (2) Mensalmente

- (3) Quinzenalmente
- (4) Semanalmente

11 - Como os integrantes do grupo participam das decisões?

- (0) Quem opina e decide é o coordenador/presidente
- (1) Somente parte do grupo se manifesta (até 30% dos membros)
- (2) Até 50% dos membros
75% dos membros
camente todos se manifestam (acima de 75% dos membros)

12 - As decisões tomadas pela maioria são respeitadas?

- (0) Não são respeitadas
- (1)
- (2) São parcialmente respeitadas
- (3)
- (4) Sim, são todas respeitadas

13 - Qual a periodicidade na prestação de contas?

- (0) Não é realizada prestação de contas
- (1)
- (2) É realizada eventualmente
- (3)
- (4) É realizada com frequência

Se realizada com frequência, qual frequência?

14 – Todos os associados conhecem as pessoas que compõem o Conselho Fiscal?

- (0) Ninguém conhece
- (1)
- (2) Alguns conhecem
- (3)
- (4) Todos conhecem

Citar nomes:

15 - Qual a periodicidade das reuniões do Conselho fiscal

- (0) Não reúne
- (1) Raramente
- (2) Trimestralmente
- (3) Bimestralmente
- (4) Mensalmente

16 - Qual a frequência da participação dos membros do conselho nas reuniões do Conselho Fiscal?

- (0) Até 10%
- (1) De 11% a 30%
- (2) De 31% a 50%
- (3) De 51% a 75%
- (4) De 76% a 100%

17 - O Conselho Fiscal analisa a prestação de contas?

- (0) Nunca analisa
- (1)
- (2) Analisa eventualmente
- (3)
- (4) Analisa freqüentemente

18 - O conjunto dos integrantes do empreendimento analisam a prestação de contas?

- (0) Nunca analisam
- (1)
- (2) Analisam eventualmente
- (3)
- (4) Analisam freqüentemente

Se analisam, em que momento?

19 - Quem define o valor das retiradas?

- (0) Coordenador/presidente
- (1) Presidente com cada sócio individualmente
- (2) Conselho
- (3)
- (4) Assembléia Geral

20 - Quando do ingresso, os sócios contribuem financeiramente para a formação do capital social do empreendimento?

- (0) Não
 - (1)
 - (2) Alguns contribuem
 - (3)
 - (4) Sim, todos contribuem
- Se sim, como foi definido o valor?

21 - Razão entre a maior e a menor retirada

- (0) Não há informação
- (1) Acima de 6
- (2) Entre 4,01 e 6
- (3) Entre 2,01 e 4
- (4) Até 2 ou não há diferença de remuneração.

22 - O grupo relaciona-se com os outros grupos apoiados pela Incubadora?

- (0) Não se relaciona
- (1) Relaciona-se muito pouco ou possui muitos conflitos
- (2) Relaciona-se moderadamente
- (3)
- (4) Há um bom relacionamento

23 - Existem contatos com o Poder Público?

- (0) Não existem
- (1)
- (2) Existem mas são pouco eficazes. Nunca trouxeram nenhum resultado prático. Quais?

(3)

(4) Há e trazem bons resultados. Trouxeram pelo menos um resultado prático. Quais?

24 - Em relação aos contatos com Sociedade Civil (ONGs, fundações, instituições privadas, comunidade, sistema 'S'):

(0) Não existem

(1)

(2) Existem mas são pouco eficazes. Nunca trouxeram nenhum resultado prático. Quais?

(3)

(4) Há e trazem bons resultados. Trouxeram pelo menos um resultado prático. Quais?

25 - Participa do Fórum de Economia Solidária do DF e entorno?

(0) Não

(1)

(2) Raramente

(3) Frequentemente

(4) Sempre

Se sim, qual o resultado dessa participação?

26 - Existe algum tipo de apoio interno entre as pessoas do grupo que apresentam problemas financeiros, de saúde, familiar entre outros?

(0) Nunca

(1) Poucas vezes

(2)

(3) Muitas vezes

(4) Sempre

27 - O empreendimento participa de iniciativas que visem a melhoria da comunidade?

(0) Nunca

(1) Poucas vezes

(2)

- (3) Muitas vezes
 - (4) Sempre
- Se sim, quais iniciativas?

28 - O empreendimento auxilia algum outro empreendimento de geração de trabalho e renda ?

- (0) Nunca
 - (1) Poucas vezes
 - (2)
 - (3) Muitas vezes
 - (4) Sempre
- Se sim, quais iniciativas?

GESTÃO

ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

Planejamento

1. É feito um planejamento de atividades em geral, tanto para questões imediatas – de curto prazo - quanto para as mais futuras – de longo prazo?

- (0) Não, nunca.
- (1) Raramente. Apenas quando há alguma situação na qual não há outra forma.
- (2) Às vezes. No geral fazemos as coisas sem planejamento mesmo.
- (3) Geralmente sim. Planejamos quase todas as atividades.
- (4) Sim, sempre.

2. Verificam o cumprimento dos planos?

- (0) Não é feito acompanhamento do plano.
- (1)
- (2) É feito sem frequência.
- (3)
- (4) É feito regularmente.

3. Cumprem os planos?

- (0) Até 10%
- (1) De 10% a 30%
- (2) De 30% a 50%
- (3) De 50% a 75%
- (4) De 75% a 100%

4. Atingem as metas estabelecidas?

- (0) Até 10%
- (1) De 10% a 30%
- (2) De 30% a 50%
- (3) De 50% a 75%
- (4) De 75% a 100%

Administração e Finanças

1. Fazem o registro das atas das reuniões?

- (0) Não.
- (1)
- (2) Eventualmente.
- (3)
- (4) Sim.

2. Fazem uso de memorando, carta e ofício quando necessário?

- (0) Não.
- (1)
- (2) Eventualmente.
- (3)
- (4) Sim.

3. Fazem o registro de pessoas que entram e saem do grupo?

- (0) Não.
- (1)
- (2) Eventualmente.
- (3) Sim,mas algumas pessoas trabalham sem registro.
- (4) Sim.

4. Fazem o registro do fluxo de materiais e produtos?

- (0) Não.
- (1)
- (2) Eventualmente.
- (3)
- (4) Sim.

5. Possuem controle do estoque?

- (0) Não há nenhum tipo de controle.
- (1)
- (2) Há um controle parcial (anotação em caderno, pouco claro).
- (3) Sim, mas não é informatizado.
- (4) Sim e é informatizado.

6. Controlam o fluxo de caixa?

- (0) Não há nenhum tipo de controle.
- (1)
- (2) Há um controle parcial (anotação em caderno, pouco claro).
- (3) Sim, mas não é informatizado.
- (4) Sim e é informatizado.

7. É elaborado um balancete fiscal?

- (0) Não.
- (1)
- (2) Sim, somente para fins legais.
- (3)
- (4) Sim, é analisado pelo conselho fiscal ou pelo conjunto de associados.

8. Como é fixado o preço?

- (0) Aleatoriamente.
- (1) O cliente é quem dá o preço.
- (2) Há um acordo com o cliente, geralmente o preço é dado a partir de um comum acordo.

- (3) Com base nos custos, mas parcialmente (o tempo de trabalho, o valor do material no mercado).
- (4) Com base nos custos totais e com análise de mercado.

9. Há capital de giro disponível?

- (0) Não há nenhum capital.
- (1)
- (2) Há capital, porém insuficiente para investimentos.
- (3)
- (4) Há capital suficiente para novos investimentos.

10. O empreendimento tem alguma pendência fiscal ou tributária?

- (0) Sim e compromete a viabilidade do empreendimento.
- (1)
- (2) Sim, em processo de pagamento.
- (3)
- (4) Não.